

ARTIGO

3 *A heterogeneidade estrutural na economia brasileira, por Octávio Rodríguez e José Geraldo Portugal*

ARTIGO

5 *PPA e retomada do crescimento, por Reinaldo Gonçalves*

HOMENAGEM

7 *Regino Boti, um pensador da América Latina e do Caribe*

ARTIGO

13 *Reformas e Ambiente Institucional, por René García Jr.*

EM SETEMBRO:

XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMISTAS
VII CONGRESSO DE ECONOMISTAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE
Pág. 16 a 20

Alternativas para o neoliberalismo

Em entrevista sobre o seu novo livro, **Macroeconomia, comercio y finanzas: para reformar las reformas en América Latina**, Ricardo Ffrench-Davis – assessor da Cepal e professor de Economia da Universidade do Chile, sugere pragmatismo para substituir a ingenuidade do neoliberalismo que, em setores estratégicos de países da América Latina, privilegia o mercado como a solução para todos os problemas.

páginas 10 a 12



SERRA DOS ÓRGÃOS, DE HANS STEINER, ACERVO DO MNBA/RJ

JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ • **Jornalista Responsável:** Ricardo Bueno (MT 61577/79) • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca - Telefax (21) 508-7367 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica - Tel (21) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL
DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tel: (21) 232-8178 - Fax: (21) 509-8121 - E-mail: coreconrj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Presidente:** Eduardo Mendes Callado • **Vice-Presidente:** Reinaldo Gonçalves • **Conselheiros Efetivos:** Ronaldo Raemy Rangel, Eduardo Callado, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar Monteiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascoutto da Rocha, José Clemente de Oliveira, João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Suplentes:** Nelson Chalfun Homsy, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares, Luiz Mário Behnken, Enilce Leite Mello

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua Treze de Maio, 23 - Grupo 1607 / 1608 / 1609 - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-000 - Tel: (21) 262-2535 - Fax: (21) 240-4366 - E-mail: sindecon@sindecon.org.br - Home page: <http://www.economistas.com.br>

IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tels: (21) 224-0578 e 509-1077 - Fax: (21) 221-0958 - E-mail: ierj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br>

EDITORIAL

A estagnação da produção tem resultado em vários problemas sociais e econômicos como a queda do investimento e a situação do desemprego. A situação na América Latina, cujos índices de desemprego estão em 9,5%, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), varia entre os países, mas mostra-se particularmente alto na Argentina, Colômbia e Venezuela. No Brasil, a taxa de desemprego aberta é de 8% (cálculos do IBGE), sendo que em regiões metropolitanas, a exemplo de São Paulo, supera os 20%.

Nada nos anima a esperar mudança neste quadro. Pelo contrário, o mesmo tende a se agravar: estima-se em 2% a taxa de crescimento anual da força de trabalho na América Latina, para o período 2000/2010. Se somarmos a isso uma taxa de produtividade anual do trabalho de 2%, o aumento do PIB teria de ser de 4% ao ano para evitar que outros milhões de trabalhadores ingressem no exército de desempregados. Se a produtividade do trabalho atingir 3,5%, a taxa do PIB necessária para estancar o desemprego teria de ser de 5,5% - índice quatro vezes maior do que a taxa média do crescimento do PIB de 1981-90 (que foi de 1,3%) e o dobro da registrada no período 1991-98 (2,7%).

É por estas razões que, cada vez mais, se discute a retomada do crescimento econômico - através do aumento da renda per capita (com a melhoria substancial das condições de vida das camadas mais pobres) e de uma mudança na forma de inserção internacional, que permita reduzir a vulnerabilidade externa do país. Só assim podemos evitar

que problemas sociais e econômicos graves se transformem em estopim de crises de natureza política e institucional. México, Brasil e Argentina foram capturados por esta trajetória de graves problemas econômicos e sociais. Na Colômbia e na Venezuela, estes problemas já se transformaram em crises políticas e institucionais.

O desafio consiste em, no caso do Brasil, tirar o país da trajetória de estagnação e colocá-lo no caminho do desenvolvimento e eficiência dinâmica, o que se traduz em aumento de produtividade associado com a acumulação de capital, ampliação do emprego e incorporação generalizada do progresso tecnológico. Além dos aspectos sociais e econômicos, o combate à miséria e a pobreza tem repercussões extraordinárias: aperfeiçoamento da força de trabalho (através da educação), consumo e investimento. Um povo menos pobre também expressa-se como cidadãos e consumidores.

A retomada do desenvolvimento reduz a vulnerabilidade externa do país e bloqueia o ciclo vicioso que envolve crises cambiais. Diante disso, é necessário repensar a política de inserção internacional, para aumentar o grau de resistência do Brasil às pressões externas, fatores desestabilizadores e choques externos. Esta situação se torna particularmente dramática quando se agrega à baixa capacidade de resistência às influências externas o alto custo de políticas de ajuste. Quando os mecanismos de ajuste falham, geram instabilidade econômica, inflação, desinvestimento, desemprego, violência. Tudo isso leva à degradação do aparelho produtivo e ao esgarçamento do tecido social. Relações

externas mais favoráveis facilitam a recuperação das contas públicas e, em consequência, aumentam a capacidade de investimento dos municípios, estados e União. Cria-se expectativas favoráveis em relação aos investimentos do setor privado. Menor dependência dos recursos externos e expansão do mercado interno são os ingredientes necessários para o país realizar economias de escala e melhorar o seu padrão de vantagem competitiva no mercado internacional, inclusive em setores com maior valor agregado e densidade tecnológica.

A retomada do desenvolvimento brasileiro deve, portanto se basear na redução da vulnerabilidade externa e no combate à pobreza. Esta é uma preocupação da totalidade dos países latino-americanos, que viveram nos últimos anos experiências dramáticas de instabilidade e crise econômica. É por esta razão que os coordenadores do XIII Congresso Brasileiro de Economistas e VII Congresso de Economistas da América Latina e Caribe, elegeram como eixos centrais discutir: desenvolvimento, inserção internacional e emprego com os congressistas que se reunirão entre os dias 13 a 17 de setembro no Hotel Glória, no Rio de Janeiro.

O Conselho Federal de Economia, o Conselho Regional de Economia/RJ, a Associação dos Economistas da América Latina e Caribe, o Instituto e o Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro sabem que os economistas latino-americanos podem enfrentar este desafio, pois têm as ferramentas: experiência e conhecimento acumulados em países marcados por grandes desigualdades e desequilíbrios.

CAPA/ARTE

Hans Steiner, gravador austríaco (Viena c.1930). Transferiu-se para o Brasil, fixando-se no Rio de Janeiro. Viajando pelo Araguaia executou, em 1959, uma série de trabalhos.

Na capa, reproduzimos *Serra dos Órgãos*, água-forte de 8,7 x 13,7 cm, graças ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes para publicação de gravuras do seu acervo e de artistas representativos da cultura brasileira. Reprodução: João Diaz.

Notas sobre a heterogeneidade estrutural na economia brasileira

Estas notas sintetizam os resultados de uma pesquisa realizada na DIESP/FUNDAP com o apoio do IPEA, ao longo de 1998. Faz-se, de início, referência às definições básicas utilizadas (ponto 1), seguidas de uma análise da evolução da heterogeneidade estrutural no período considerado, a saber, 1960-1996 (ponto 2) e culminam com algumas brevíssimas conclusões derivadas desta análise e que dizem respeito tanto à necessidade de se empreender políticas ocupacionais de certos tipos, como às implicações das mesmas no âmbito mais global das estratégias de desenvolvimento (ponto 3).

1) DEFINIÇÕES BÁSICAS

Faz-se necessário introduzir algumas definições básicas. A primeira é a de heterogeneidade, conceito que pode ser delimitado fazendo referência à estrutura produtiva ou à estrutura ocupacional. A estrutura produtiva é dita heterogênea quando nela coexistem setores, ramos ou atividades onde a produtividade do trabalho é alta ou normal (isto é, alcança os níveis permitidos pelas tecnologias disponíveis) com outras onde ela é muito mais baixa.

A esta estrutura produtiva corresponde certo tipo de estrutura ocupacional. Uma é espelho da outra. Em uma economia periférica existe força de trabalho ocupada em condições de produtividade alta ou normal, que constitui o emprego. Mas existe também mão-de-obra ocupada em condições de produtividade reduzida, que conforma o subemprego. Em conjunto, emprego, subemprego e desemprego aberto conformam a PEA.

Além das disparidades entre os níveis de produtividade, particularmente altas, destaca-se outra característica da condição periférica,

também ligada à heterogeneidade. Em qualquer economia, ainda nas mais modernas, existe um certo grau de heterogeneidade. Mas o que caracteriza a periferia é a elevada percentagem do subemprego na ocupação, tanto no total da economia, quanto em alguns dos setores e/ou ramos que a compõem. Assim, como vai ser reiterado posteriormente, no caso do Brasil, em 1960, algo como a metade da força de trabalho estava ocupada em condições de baixa produtividade, isto é, constituía o subemprego estrutural.

2) EVOLUÇÃO DA HETEROGENEIDADE

Interessa particularmente examinar como evolui a heterogeneidade, ou seja, a estrutura ocupacional, no longo prazo. No que diz respeito a esta evolução, percebem-se na economia brasileira três períodos claramente diferenciados.

2.1 O primeiro corresponde aos anos compreendidos entre 1960 e 1980. Trata-se de um período de crescimento intenso (quase 5% aa na primeira década e mais de 8% aa na segunda) no qual as mutações na heterogeneidade perfilam-se com bastante nitidez.

Um fato destacável é a redução do volume absoluto do subemprego global entre 1970 e 1980, claro indicador de uma tendência à homogeneização da estrutura ocupacional. Expressão da mesma tendência é a queda da proporção do subemprego no total da ocupação: de 50% em 1960 a 25% em 1980 (vide Quadro I).

Este comportamento também se verifica no âmbito da ocupação urbana, onde o subemprego passa de 25% a 16% do total respectivo. Já o desemprego aberto mostra-se exíguo, de cerca de 2% da PEA em 1980.

2.2 O segundo período corresponde à década dos 80. Constatou-se nele uma redução significativa na taxa de crescimento do produto (para cerca de 2% aa), em geral associada a desequilíbrios macroeconômicos, e não a mudanças relevantes no padrão produtivo e tecnológico.

Neste período produz-se uma reversão da tendência à diminuição paulatina do subemprego, no sentido de que aumenta, novamente, seu volume absoluto. Mas é preciso destacar que o grau de heterogeneidade – isto é, a proporção do subemprego – não varia de forma significativa, mantendo-se em torno a um quarto do total da ocupação. Essa relativa constância resulta reveladora de que, como problema global, o subemprego não se agrava. Mas, por outro lado, implica um alongamento do prazo de sua virtual reabsorção: este prazo se posterga, *ceteris paribus*, por onze anos.

A expressão «década perdida» adquire, assim, mais uma conotação, de atraso na resolução dos problemas do subemprego estrutural. Mas nos anos 80 manifestam-se outros fenômenos que convém explicitar. Em termos relativos, o desemprego aberto mais do que duplica o valor correspondente a 1980 (ao passar de 2,2% a 4,7% da PEA), embora se mantenha em um patamar razoavelmente baixo. Por outro lado, o subemprego urbano aumenta de forma considerável em termos absolutos, fazendo que sua participação relativa na ocupação urbana também se eleve (de 16% a 20%).

Estes comportamentos do subemprego urbano parecem constituir resultados diretos e negativos do lento crescimento. Mas eles podem também ser enfocados de uma outra perspectiva: como resultado de estratégias

de sobrevivência exitosas, viabilizadas por meio de ocupações de baixa produtividade nos serviços, no comércio, no secundário e inclusive em atividades do setor manufatureiro. Ocupações estas cujos níveis de produtividade e remuneração resultam exíguos, mas que são, ao mesmo tempo, alternativas ao desemprego aberto, evitando seu aumento excessivo.

2.3 O terceiro período a considerar inscreve-se na década dos 90, quando novos fatos e tendências completam a imagem da evolução da heterogeneidade estrutural.

Nos primeiros três anos desta década (90/92), o crescimento do PIB foi negativo ou próximo a zero. Nos quatro anos posteriores (93/96) a economia volta a crescer a taxas significativas (4% em média).

Convém começar pela consideração do desemprego aberto. Este registrou um forte aumento frente a seus valores pretéritos, superando 9% em 1992. Por outro lado, a informação disponível sugere que ele não volta necessariamente a se reduzir com o dinamismo econômico – situou-se entre 8,5% e 9,5% nos anos posteriores (1995 e 1996).

Existe amplo consenso acerca da relação deste comportamento do subemprego com a implantação de um novo paradigma tecno-econômico, com a qual mudam não só produtos e processos, mas também a organização e a gestão empresarial, tanto em geral como no âmbito do trabalho. Com frequência, os efeitos ocupacionais desse novo paradigma são percebidos como particularmente negativos nas economias periféricas, dado que em muitas delas sua implantação se fez a partir de condições desfavoráveis de produtividade e competitividade. Adicione-se que,

ARTIGO

nos anos 90, em várias economias latino-americanas – entre elas a brasileira – esta implantação ocorreu abruptamente e no contexto de uma rápida abertura à concorrência externa.

Mas aqui importa resgatar e enfatizar a especificidade da periferia, relacionada com o subemprego estrutural e com sua evolução. Os dados disponíveis referem-se somente às áreas urbanas. Em 1992, o subemprego atinge o alto patamar de 28% da ocupação, reduzindo-se a 27% em 1995 e a 25% em 1996. Inclusive, entre essas duas últimas datas também cai seu nível absoluto.

A exiguidade do período a que se referem essas informações impede a sustentação de conclusões definitivas. Mas servem, ao menos, para fundamentar uma hipótese razoável: pode ser que a queda relativa e absoluta do subemprego urbano, verificada em um período de recuperação do crescimento, dependa, à semelhança da dificuldade de redução do desemprego, da implantação do novo paradigma tecno-econômico.

Subjacente ao reconhecimento desta possibilidade, encontra-se a idéia de que o subemprego não se sustenta a partir de simples transferências de rendas, mas engloba também atividades que mantêm relações tecno-econômicas definidas com as atividades de produtividade elevada, geradoras de emprego. Assim, quando essas relações são fortemente alteradas, pode variar também a capacidade de expansão e as formas do subemprego.

Como quer que seja, do exame da heterogeneidade estrutural infere-se certa percepção da especificidade dos problemas ocupacionais da periferia. Eles não são os mesmos que os emergentes nos grandes centros como consequência da implantação do novo paradigma. Como nos centros, ocorre na periferia dificuldades para reduzir o desemprego. Mas a presença de níveis elevados de desemprego e sua persistência acentuam os obstáculos para a reabsorção do subemprego pré-existente em ativida-

des de elevada produtividade. A esta soma de dificuldades, novas e velhas, acrescenta-se uma outra: as perspectivas de ampliação do subemprego como forma de atenuar o mal maior do desemprego aberto parece encontrar limites, associáveis também à revolução tecnológica em curso.

3) À GUIA DE CONCLUSÃO

Já foi colocado que, em 1991, os problemas ocupacionais aparecem agravados, mas de alguma forma reproduz-se nessa data o umbral alcançado em 1980, depois de vinte anos de crescimento muito intenso. A reprodução desse umbral associa-se ao fato de que entre 1980 e 1991 não variou a proporção que o subemprego atinge no total da ocupação, implicando, em princípio, uma postergação do início do prazo em que a heterogeneidade poderia virtualmente ser suprimida. A comparação desse desempenho com o do período 1992-1996 faz pensar na emergência de um outro tipo de umbral. A pertinência do desemprego aberto e a concomitante redução do volume e da proporção do subemprego urbano configuram-se como resultados da implantação de um novo paradigma,

longe ainda de ter culminado. Infere-se disso que uma virtual retomada do crescimento não assegura uma resolução gradual dos problemas ocupacionais, ainda que demorada.

Esses problemas configurariam-se como bem mais graves se as perspectivas incluírem uma recessão prolongada. Ainda em recessão, as exigências de competitividade poderão impulsionar transformações tecnológicas e organizacionais ulteriores, capazes de insidirem negativamente sobre o emprego e as possibilidades de expansão do subemprego.

As conclusões acima sugerem que os problemas ocupacionais (em sentido amplo: do desemprego aberto e também das ocupações rurais e urbanas de muito baixa produtividade) não terão solução rápida. Para abreviá-los requer-se atuar deliberadamente sobre os modos de transformação da estrutura ocupacional. Sugerem, ademais, que esses problemas, agravados nos anos recentes, podem agravar-se ainda mais no futuro próximo, o que imprime um caráter de urgência às políticas concebidas para minorá-los.

Limitações de espaço impedem-nos de resenhar essas políticas, indi-

cando sua natureza e os âmbitos setoriais e regionais em que poderiam vir a ser implementadas. Isto posto, introduziremos apenas algumas afirmações muito breves relativas ao tema mais geral do desenvolvimento.

Em economias continentais como a brasileira, as políticas ocupacionais – que supõem diagramar a paulatina reabsorção do subemprego – bem podem constituir o eixo fundamental de estratégias de desenvolvimento que sejam verdadeiramente viáveis e eficientes. Viáveis, na medida em que a reabsorção do subemprego estrutural gera a ampliação do mercado interno necessária para realizar uma produção em rápido crescimento, impossível de ser colocada no mercado externo. Eficientes, na medida em que a reabsorção traz consigo aumentos consideráveis e difundidos da produtividade do trabalho, capazes de incrementar o excedente econômico e de sustentar, desta forma, ritmos elevados de acumulação de capital e de conhecimentos.

Octavio Rodríguez (da Universidade da República Oriental do Uruguai) e José Geraldo Portugal (da PUC-SP e da DIESP/FUNDAP)

QUADRO I – BRASIL: EVOLUÇÃO DO SUBEMPREGO E DO DESEMPREGO

A – TOTAL DA ECONOMIA, 1960-1991

Anos	Subemprego (mil) Total	Subemprego Urbano	Subemprego /Ocupação (%)	Subemprego Urbano /Ocupação Urbana (%)	Desemprego (mil)	Desemprego PEA (%)
1960	11367	2661	50	25		
1970	13181	3832	45	23		
1980	11192	4776	26	16	964	2.23
1991	14418	8317	25	20	2731	4.71

B – ÁREAS URBANAS, 1990-1996

Anos	Subemprego Urbano (mil)	Subemprego Urbano /Ocupação Urbana (%)	Desemprego (mil)	Desemprego /PEA (%)
1990	11793	25	2367	4.71
1992	13078	28	4765	9.33
1995	13713	27	4677	8.44
1996	12683	25	5264	9.46

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A. Censos Demográficos B. Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD).

PPA e retomada do crescimento

Problemas nas contas externas geram sérios problemas econômicos e sociais que, por seu turno, provocam graves crises políticas e sociais. Esta é a experiência brasileira, pelo menos, desde o início dos anos 50. No meio de uma grave crise política e tendo atingido o mais baixo índice de credibilidade de qualquer presidente da República nos últimos anos, FHC lançou o PPA, Plano Plurianual, apelidado de "Avanço Brasil". Muitos desconfiam que o PPA não passa de mais uma Peça de Propaganda e Agitação de FHC, como foi o famigerado "Brasil em Ação", que prometia muito e não rendeu nada.

Naturalmente, a atual conjuntura política leva muitos analistas a uma avaliação que nos faz crer que o PPA não passa de oportunismo. As fontes oficiais afirmam que o PPA foi elaborado nos últimos 33 meses e contou com a participação de 2500 pessoas. Imaginemos que esta assertiva seja verdadeira (naturalmente, alguns duendes se envolveram no PPA), fica a questão: Por que o PPA não foi apresentado anteriormente? Por que o PPA é lançado dias após a Marcha dos Cem Mil? Por que o PPA surge no momento em que o País atravessa a sua mais profunda crise política e institucional desde o impeachment de Collor?

Deixando de lado as questões políticas, e dando um voto de confiança ao governo, cabe discutir a viabilidade do PPA. Este Plano promete gerar crescimento econômico no período 2000-2003 (média de 5% ao ano), com inflação baixa, sem aumento do endividamento externo e sem explosão da dívida interna. O governo argumenta que as condições para que o PPA se concretize estão relacionadas às reformas da Previdência e do sistema tributário, bem como o enquadramento definitivo dos Estados e Municípios nos termos da Lei Camata (que foi prorrogada, dada a sua falta de realismo) e do projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal (que cria amarras quanto à composição dos gastos).

CRÍTICAS DE TODOS OS LADOS

A ação do governo para enfrentar os problemas econômicos e sociais do País, que provocaram a atual crise política e institucional, tem recebido críticas de todos os lados. Pela direita, a crítica está centrada na política de arrocho monetário, nas fragilidades do presidente e na ausência de rumo do governo. O resultado é que o debate fica restrito a uma falsa dicotomia entre "estabilizadores" e "desenvolvimentistas", que envolve muito mais uma disputa nos corredores do poder do que divergências fundamentais de orientação estratégica. É difícil imaginar que, mantido o atual modelo de abertura financeira, comercial e cambial, o simples voluntarismo desenvolvimentista de ocasião logre alcançar resultados muito diferentes daqueles obtidos pelos monetaristas atacados pela paranóia anti-inflacionária.

A alternativa pela centro-direita não é menos enganosa. O destaque neste debate reside na distinção entre aqueles que estão no poder e aqueles que almejam o poder. Grande parte dos críticos de centro-direita do governo estão tentando se credenciar como alternativa nos casos de substituição da equipe econômica, interrupção do mandato de FHC (via renúncia, parlamentarismo, impeachment, etc), ou tendo em vista o processo eleitoral para 2002. Os denominadores comuns neste grupo são: críticas genéricas ao acordo com o FMI (muitas das vezes de forma leviana, principalmente, por aqueles que estão no poder); desfraldar (com um certo desconforto, no caso dos representantes da oligarquia e da plutocracia) a bandeira do combate à pobreza e à desigualdade; defesa (também genérica) do controle de capitais internacionais; e a denúncia a respeito da incompetência das autoridades governamentais (freqüentemente acertada).

Pela esquerda, a crítica está centrada, em grande medida, nos fundamentos do modelo adotado por FHC, que é uma versão fracassada

do projeto de modernização conservadora. Não cabe aqui repetir estas críticas, pois elas são conhecidas há muito tempo. Para aqueles interessados, recomenda-se a leitura dos livros *O Brasil Pós-Real: A Política Econômica em Debate* (org. A. Mercadante, Ed. Unicamp), *A Opção Brasileira* (org. C. Benjamin, Ed. Contraponto), e *O Desmonte da Nação* (org. I. Lesbaupin, Ed. Vozes).

A questão central é responder à seguinte pergunta: Por que o PPA não vai dar certo, da mesma forma que o "Brasil em Ação" fracassou?

A resposta é simples: O PPA não vai dar certo porque as condições necessárias para a retomada do crescimento são estranhas ao modelo fracassado de modernização conservadora do governo FHC. A menos que haja uma ruptura com o modelo vigente, o País não conseguirá retomar a trajetória de crescimento econômico. Que condições são estas?

CONDIÇÕES PARA A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

A primeira condição é o afrouxamento da restrição de balanço de pagamentos. Os defensores do governo reconhecem que, na hipótese de um choque externo, o PPA vai para o buraco. Com este argumento, eles também justificam o fracasso do "Brasil em Ação". Rezar para que não haja um choque externo, significa manter a passividade frente à vulnerabilidade externa do País. A visão alternativa reside, precisamente, no afrouxamento da restrição de balanço de pagamentos com base na redução significativa da vulnerabilidade externa do País. Para se alcançar este objetivo, é necessário implementar não somente os controles sobre capitais especulativos, mas também realizar uma reversão da política comercial, com a proibição da importação de bens supérfluos e maiores restrições às importações, de um modo geral, tanto de bens como de serviços. Aqui trata-se, não somente da política comercial tradicional (tari-

fas e medidas não-tarifárias), como também medidas de controle direto sobre fluxos internacionais de bens, serviços e capital. No caso do investimento de portfólio, trata-se de proibir a entrada, enquanto o investimento externo direto deve passar por critérios de desempenho (e.g., efeito líquido sobre o balanço de pagamentos, geração de investimento, etc).

A segunda condição envolve o afrouxamento da restrição de financiamento de médio e longo prazo. Trata-se aqui, não somente da expansão e do barateamento do crédito para acumulação de capital por parte de instituições financeiras públicas, por meio de fomento e crédito dirigido, mas também a execução de uma reforma financeira, que atinja os setores bancário privado. Os bancos privados devem ser orientados no sentido de desenvolver mecanismos de financiamento de médio e longo prazo, principalmente, para indivíduos (moradia), e pequenas e médias empresas (investimento).

A terceira condição refere-se ao equacionamento de dois importantes desequilíbrios de estoque, que foram agravados enormemente durante o governo FHC. No *front* interno, o desequilíbrio de estoque refere-se ao endividamento do setor público. É difícil imaginar que os governos Federal, Estadual e Municipal sejam capazes de articular planos de investimento minimamente sustentáveis, com os atuais níveis de endividamento. O endividamento público está num nível tão elevado que, mesmo reduções significativas da taxa de juro, mantém engessado os orçamentos públicos. No *front* externo, o desequilíbrio de estoque refere-se ao passivo externo. Aqui, trata-se não somente da dívida externa, como também do estoque de investimento externo direto, sendo que ambos duplicaram nos últimos quatro anos. Estes desequilíbrios exigem soluções diferenciadas. Mas, o fato é que, é muito difícil imaginar o Brasil crescendo nos próximos anos levando em conta um serviço de passivo externo de US\$ 24 bilhões em 1998 (pagamento de

LIVROS EM VENDA DIRETA

LANÇAMENTO

Quinhentos anos
de periferia

Samuel Pinheiro Guimarães

500 anos de periferia

168 páginas

Samuel Pinheiro Guimarães

Preço com desconto: R\$ 14,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

História trágico-marítima - 540 p.
Bernardo Gomes de Brito (org.)
Preço com desconto: R\$ 28,00

O manifesto comunista - 150 anos depois
Daniel Aarão Reis (org.)
Preço com desconto: R\$ 13,00

A opção brasileira - 208 p.
César Benjamin e outros
Preço com desconto: R\$ 13,00

A sociedade do espetáculo - 240 p.
Guy Debord
Preço com desconto: R\$ 19,00

Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura - 304 p.
Kwame Anthony Appiah
Preço com desconto: R\$ 23,00

Um mapa da esquerda na Europa Ocidental - 284 p.
Org. Perry Anderson e Patrick Camiller
Preço com desconto: R\$ 22,00

Um mapa da ideologia - 338 p.
Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.
Org. Slavoj Zizek
Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX - 408 p.
Giovanni Arrighi
Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995
Preço com desconto: R\$ 24,00

Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento - 496 p.
Ricardo Bielchowsky
Prêmio Haralambos Simeonides da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec)
Preço com desconto: R\$ 25,00

CONTRAPONTO

Tel. / Fax (21) 259-4957
Caixa postal 56066
CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ

ARTIGO

juros de US\$ 16 bilhões e remessa de lucros de US\$ 8 bilhões). Imaginar que haverá um influxo permanente e crescente de investimento externo direto é, no mínimo, ignorar a história; além, naturalmente, de ser uma estratégia de alto risco econômico e de crescente restrição política, tendo em vista a desnacionalização.

A quarta condição refere-se à expansão da demanda agregada. O aumento da absorção interna (investimento, consumo e gastos públicos) exige uma ampla e profunda reforma tributária assentada na distribuição da riqueza e da renda. Esta reforma permitirá um afrouxamento da restrição orçamentária dos governos, ao mesmo tempo em que aumentará a renda pessoal disponível dos pobres e da classe média. A diretriz básica consiste em transferir integralmente a conta do ajuste e do crescimento para a elite econômica, por meio da progressividade dos impostos diretos e por meio de impostos sobre a riqueza (e.g., imposto de solidariedade, uma vez por todas, e imposto anual sobre riqueza privada líquida). De forma complementar, para as dezenas de milhões de miseráveis e pobres do País, cabe uma expansão induzida de consumo por meio de programas de renda mínima e de aumento do salá-

rio mínimo. A redução da desigualdade e o combate à pobreza, são os resultados imediatos desta expansão da demanda agregada.

A quinta e última condição é o deslocamento da oferta de curto prazo, principalmente, de bens de consumo duráveis e não-duráveis. Deve-se, ainda, dar ênfase à expansão da oferta de insumos intermediários (e.g., cimento) e de serviços sociais. Neste sentido, as políticas agrária, agrícola e industrial, com dimensão temporal, condicionabilidades, e seleção, devem ser implementadas com rapidez e precisão, com o apoio, inclusive, das políticas de crédito, preços e de comércio exterior.

CONCLUSÃO

Para aqueles bem-intencionados que ainda apoiam o governo FHC, deve-se reservar o principal resultado da análise acima: o PPA não trata das condições básicas necessárias para que o Brasil retome o crescimento econômico. Na realidade, da mesma forma que o "Brasil em Ação", o PPA deve fracassar, pois nada indica que o governo FHC vai mudar os elementos centrais de um modelo fracassado de modernização conservadora. Além disto, a situação agrava-se no

caso de um governo, cujas lutas intestinais de entrada e saída de ministros e fragmentação da sua base de sustentação, somente mostram a sua fragilidade e sua perda completa de rumo.

Pisar e repisar o tema de reformas, que não vão resolver os problemas fundamentais do País, é ser co-responsável por um modelo e um governo que tem transformado crises cambiais recorrentes em graves problemas econômicos e sociais que, por seu turno, têm provocado uma séria crise política e institucional. O resultado é um país cada vez mais mergulhado em uma trajetória de instabilidade e crise. O desafio futuro deve consistir não somente em desarmar as bombas de efeito retardado montadas por FHC, como também consertar os estragos pelas bombas que estão explodindo.

Na medida em que o governo FHC (melhor dizendo, o que resta dele) não mostra a mínima intenção de enfrentar os desafios associados às restrições para retomada do crescimento, o PPA não passa de um simulacro de plano plurianual de ação e se revela um Peça de Propaganda (enganosa) e Agitação.

Reinaldo Gonçalves é professor da UFRJ e vice-presidente do CORECON-RJ.

— XIX CONGRESSO DA ANGE —

Paradigmas do Desenvolvimento & Rumos do Ensino de Economia é o tema do XIV Congresso da ANGE, que será realizado de 12 a 15 de outubro no Rio de Janeiro, na Universidade Candido Mendes, campus Centro, com apoio do Conselho Regional de Economia. A programação do Congresso será estruturada em painéis, sessões temáticas e mesas de debate.

O Congresso da ANGE consolidou-se como o maior fórum de debates do ensino de graduação em Economia do país, reunindo professores, coordenadores e dirigentes de Curso, estudantes, entidades e profissionais para o intercâmbio de experiências e avaliações dos avanços e problemas observados na formação básica do profissional em Economia. O Congresso a ser realizado neste ano estará acontecendo em um momento de importantes definições acerca dos rumos do ensino de Economia no Brasil e suas implicações junto à formação básica do profissional.

Informações e inscrições: Secretaria do XIV Congresso
Núcleo de Estudos Aplicados
Rua da Assembléia 10 - sala 713 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 531-2000, ramal 267
Fax: (21) 531-1646
E-mail: 14ange@candidomendes.br
Home page: www.race.nuca.ie.ufrj.br/ange

— PRÊMIO BRASIL DE ECONOMIA —

O Conselho Federal de Economia lançou o VII Prêmio Brasil de Economia nas categorias Livro e Tese de Doutorado, Artigo e Estudante, com o objetivo de incentivar a investigação econômica em geral e estimular os estudantes de Economia a desenvolverem pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade brasileira. Na categoria Livro e Tese, os trabalhos deverão ter mais de 50 páginas e serem apresentados por economistas; na Artigo, até 30 páginas, apresentados por economistas. Na categoria Estudante, poderão ser inscritas monografias de final de curso, elaboradas por estudantes de graduação em Economia e indicadas pelos Conselhos Regionais de Economia.

Os prêmios serão, por categoria: Livro e Tese de Doutorado (Economista), prêmio especial de R\$ 5 mil; categoria Artigo (Economista), R\$ 4 mil, R\$ 3 mil e R\$ 2 mil, respectivamente para o primeiro, segundo e terceiro lugares. Na categoria Estudante os prêmios serão de R\$ 3 mil, R\$ 2 mil e R\$ 1 mil, respectivamente para os três primeiros colocados.

Mais informações:

Consultar a home page do COFECON
(www.cofecon.org.br).

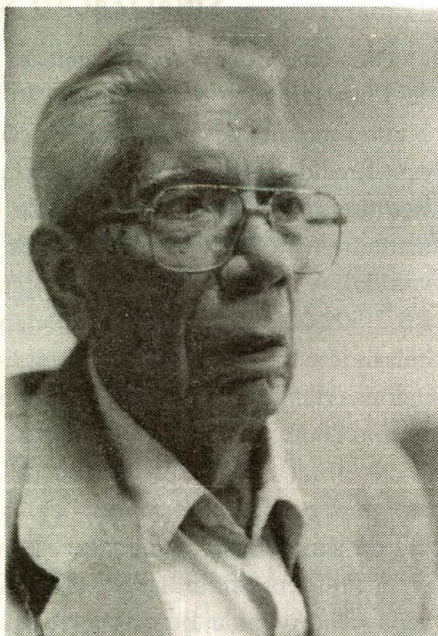
— HOMENAGEM —

Regino Boti, um pensador da América Latina e do Caribe

Formado em Harvard, um dos fundadores da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), da primeira escola superior de economia de Cuba e da Junta Central de Planejamento após a revolução cubana, Regino Boti faleceu recentemente. Pensador importante no cenário latino-americano e caribenho, recebeu ano passado o Prêmio Nacional de Economia 1998 de seu país, quando foi entrevistado por Arleen Rodríguez Derivet. Falou da escola de Raúl Prebisch (Cepal), do subdesenvolvimento, dos motivos pelos quais o professor Celso Furtado não recebeu ainda, em sua opinião, o Prêmio Nobel de Economia e do neoliberalismo. A entrevista, que poderá ser lida em sua íntegra, em espanhol, na *home page* dos economistas (www.economistas.com.br), foi enviada pela Associação de Economistas de Cuba. Por problemas de espaço, editamos e publicamos alguns tópicos da entrevista.

A criação da Cepal, segundo Boti, "foi motivo de grandes discussões no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Os americanos se opunham, argumentando que essas funções eram realizadas pela OEA, onde eles tinham o poder hegemônico e onde, é preciso dizer, era impressionante a mediocridade das análises econômicas. A verdade é que temiam um pensamento alheio a sua influência. Nestas discussões teve papel determinante Hernán Santacruz, delegado chileno e foi por isso que a Cepal nasceu com sede permanente em Santiago."

ARLEEN: Em torno da Cepal estavam reunidos economistas latino-americanos livres da tutela americana e preocupados porque os modelos da moda do capitalismo não se ajustavam à realidade da região. O senhor menciona o mexicano Juan Noyola, grande amigo e colaborador da revolução cubana após a vitória, o brasileiro Celso Furtado, o venezuelano José Anto-



nio Mayobre, o chileno Hugo Trivelli, Francisco Aquino... Que coincidências havia entre eles?

BOTI: Nenhuma. As idéias foram consolidadas ali. Nós nos demos conta de que os problemas de cada um era o problema dos nossos países. Foi criada, então, uma comunidade de pensamento muito importante na minha opinião. Era encabeçada por Raúl Prebisch, um homem de inteligência extraordinária e de muita experiência porque havia sido, com pouca idade, presidente do Banco Central da Argentina, na época o mais desenvolvido da América Latina, junto com o do México. Ali começamos a analisar os problemas de desenvolvimento e subdesenvolvimento.

ARLEEN: Por que foi essa a missão dada pela ONU ao criar um organismo regional?

BOTI: A ONU deu muita liberdade de ação a Prebisch e ele delineou os problemas de crescimento. Porque naquele tempo as discussões fundamentais da economia capitalista estavam muito vinculadas ao problema do ciclo econômico, ou seja, às crises periódicas do capitalismo. Prebisch, com o senso de humor que

o caracterizava, os denominava "ciclistas". Era a época do pós-guerra, quando primava o modelo keynesiano.

ARLEEN: Por que questionavam o modelo de Keynes?

BOTI: Porque só se ocupava do ciclo econômico dos países industrializados. Prebisch entendia que o problema da América Latina era de desenvolvimento, não cíclico, não de ciclo econômico. E a vida lhe deu razão.

ARLEEN: Tratava-se, então, de colocar no mesmo saco países ricos e pobres na feitura das análises econômicas?

BOTI: Na realidade, os países subdesenvolvidos eram ignorados nas análises. O entendimento era de que se as coisas caminhavam bem para os desenvolvidos – que Prebisch situou como centro – a "periferia" resolveria seus problemas automaticamente.

ARLEEN: Li um material de Prebisch onde avaliava muito criticamente o neoliberalismo. Podemos dizer que o estruturalismo é uma resposta ao perigo da entrada do neoliberalismo na América Latina?

BOTI: ... Prebisch foi um grande crítico do neoliberalismo. Na realidade o estruturalismo é uma resposta que trata de dar aos problemas da região uma visão de dentro da região. Surge como resultado das análises do problema do subdesenvolvimento. Afirma-se que Celso Furtado é um dos pais do estruturalismo, e o que penso é que ele merece há anos o Nobel de Economia, que não lhe foi concedido por ser uma voz discordante no mundo atual e, também, porque escreve em português e espanhol. Pelo menos Saramago abriu o caminho.

ARLEEN: O senhor poderá comentar seus estudos?

BOTI: Não estou fazendo qualquer estudo no momento.

ARLEEN: Por que, então, ganhou o Prêmio de Economia?

BOTI: Talvez pelos anos que dediquei à profissão, pela fidelidade à revolução e por alguns acontecimentos dos quais participei. Por exemplo, da fundação da Cepal, da primeira escola de economia do país e da Junta Central de Planejamento. Há muitos anos cheguei à conclusão de que a minha responsabilidade era analisar os problemas de Cuba e dentro desses, os que se referiam à minha atividade. Mas algumas coisas aconteceram no caminho. Quero dizer que deixei de lado minhas pretensões acadêmicas e me dediquei, também, a manter-me a par da situação internacional porque, para o bem ou para o mal, temos que atuar nesse mundo, particularmente depois do desaparecimento do campo socialista.

ARLEEN: E essa pessoa chamada Boti, que durante tantos anos estudou os problemas do subdesenvolvimento, que perspectivas vê para Cuba? O que responderia aos que sugerem solucionar nossos problemas através de fórmulas neoliberais?

BOTI: O neoliberalismo é, em essência, parte de nosso passado. Cuba foi um modelo de neoliberalismo. O peso era igual ao dólar. Não havia banco central... Estávamos sujeitos ao padrão ouro, para todos os efeitos práticos; havia uma moeda estável e os ajustes impostos por fatores externos eram feitos pela via do desemprego. Era uma política econômica passiva, em que a mão invisível do mercado determinava tudo... até a utilização da terra.

ARLEEN: Que custo social teve essa política?

BOTI: Uma revolução. Sim, foram tão graves as consequências sociais daquela política, que desembocaram em uma revolução.

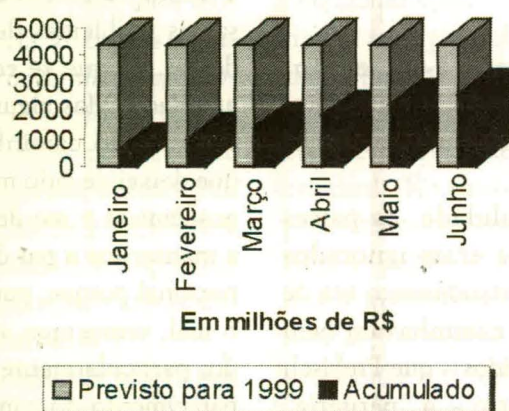
FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Prefeitura tira recursos de programas sociais para aumentar a verba do Carnaval do ano 2000. Veja como está a arrecadação das receitas da prefeitura no primeiro semestre desse ano. Não perca a participação do Fórum Popular do Orçamento no Congresso. Conselho Estadual do Orçamento Participativo toma posse e conta com dois integrantes do Fórum.

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DO ANO DE 1999

Observando o total geral da receita prevista para 1999, notamos que a prefeitura já arrecadou 59% desta até o mês de junho. Apesar de algumas receitas estarem muito abaixo em relação ao percentual total, como operações de crédito que atingiram apenas 39%, outras ultrapassaram o total previsto. As receitas relativas às transferências da união atingiu no mês de junho 189% em relação ao previsto. Isto ocorreu devido ao aumento nos repasses do FUNDEF e do SUS para a cidade do Rio de Janeiro. Essas distorções acabaram deixando as receitas correntes no mesmo percentual de arrecadação comparada com o total geral da receita, 59%; apesar das receitas correntes próprias estarem um pouco abaixo, 55%.

Total Geral da Receita



O FÓRUM NO CONGRESSO

Entre os dias 13 e 17 de setembro será realizado o XIII Congresso Brasileiro de Economistas e VII Congresso de Economistas da América Latina e Caribe. O Fórum Popular do Orçamento coordenará a sessão "Democratização do Orçamento Público", que se realizará no dia 15 de setembro, às 14:00h.

Todos os participantes do Fórum estão convidados a assistir esta sessão. É necessário que os interessados entrem em contato conosco o mais rápido possível informando o nome e instituição. Devido as restrições à entrada, haverá uma lista de convidados no local.

Este evento contará com a participação especial do grupo teatral do Centro do Teatro do Oprimido que apresentará a bem humorada peça "O orçamento é bom e eu gosto."

OP DO ESTADO

Conselho Estadual do Orçamento, eleito nas dezoito plenárias regionais ocorridas em todo estado e nos conselhos temáticos de Saúde, Desenvolvimento Econômico, Infra-Estrutura e Educação, tomou posse em 2 de setembro no auditório da Secretaria de Planejamento.

O Conselho é responsável pela negociação com os representantes do Governo do Estado das demandas oriundas do processo participativo, o acompanhamento da votação do orçamento na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e da execução orçamentária no próximo ano. Além disso, é função dos conselheiros estaduais definir as regras de funcionamento do orçamento participativo para o ano 2000.

Dois conselheiros estaduais foram eleitos em nome do Fórum: Leonardo Mello e Luiz Mário Behnken.

CARNAVAL, CAMPEONATO DE SURF E SINALIZAÇÃO SÃO BENEFICIADOS!

No dia 2 de agosto a prefeitura reforçou em R\$ 10.500.000 o programa de Planejamento e Pré-Operação do Carnaval 2000; este valor equivale a um aumento de 305% em relação ao que foi previsto inicialmente. Para esta finalidade alguns programas foram prejudicados, como o programa de Reforma, Reparos e Ampliação de Unidades de Saúde, que perdeu aproximadamente 40% de seus recursos. O programa de Pagamentos de Inativos das Atividades de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino perdeu R\$ 7.500.000. Através deste remanejamento a prefeitura pode estar inviabilizando várias reformas de hospitais e prejudicando o pagamento de aposentadorias da rede de ensino para triplicar o valor do planejamento do carnaval do ano 2000.

No final deste mês, dia 20 de agosto, a prefeitura beneficiou alguns programas em detrimento de vários programas sociais. Abaixo segue uma análise da situação dos programas alterados neste remanejamento.

A Prefeitura retirou R\$ 1.000.000 do programa de Restauração e Conservação da Avenida Brasil (Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos). Com esta retirada, acabou restando neste programa o equivalente a 16% do valor inicialmente previsto, ou seja, dos R\$ 25.500.000 restaram apenas R\$ 4.200.000. O programa de Implantação de Sistema Sanitário no Morro da Formiga, oriundo da emenda legislativa do Vereador Gilberto Palmares, perdeu aproximadamente 90% de seus recursos, restando apenas R\$ 57.000, o que torna praticamente inviável a sua realização.

Os programas que saíram ganhando com este decreto foram, dentre outros, os seguintes: Manutenção do Centro Esportivo Miécimo da Silva, Atividades Desportivas e de Lazer, Apoio a Etapa Brasileira do Campeonato Mundial de SURF, todos pertencentes à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. A manutenção do Centro Esportivo Miécimo da Silva através de vários remanejamentos ocorridos desde o início deste ano, já teve o seu valor aumentado em aproximadamente 675%. Para um valor inicial de R\$ 456.000, encontra-se hoje com aproximadamente R\$ 3.525.000. O mesmo fato ocorreu com o programa de apoio ao campeonato mundial de SURF, com um aumento de 1140%, ou melhor, de um valor inicial de R\$ 89.500, encontra-se atualmente com R\$ 1.107.000. O programa de Atividades Desportivas de Lazer, voltado para patrocinar atletas de alto rendimento, inclusive atletas de jiu-jitsu, já dobrou de valor em relação ao previsto inicialmente (R\$ 3.336.444), ficando com R\$6.434.721.

Outro programa que levou vantagem foi o de Sinalização Semafórica, que tem como detalhamento a compra de 416 lâmpadas para a manutenção da sinalização da cidade, este foi reforçado em R\$ 300.000. O que está chamando atenção é o valor gasto por unidade para realização desta compra, cada lâmpada está saindo por R\$ 720, inicialmente o valor previsto para tal compra era de R\$ 434, de forma que cada unidade sairia por R\$ 1.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Rio de Janeiro

Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o Orçamento carioca, as reuniões do Fórum Popular do Orçamento acontecem sempre às quintas-feiras, às 17 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas à participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

Corecon: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ

CEP 20054-900 - Tel. (21) 232-8178 - Fax (21) 509-8121

E-mail: coreconrj@ax.apc.org. • Home page: <http://www.economistas.com.br>

A/C do conselheiro Luiz Mario ou das estagiárias Louise Viana, Mirelli Malaguti e Fernanda Ricardo.

CEPAL

Parceria facilita aquisição

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), uma das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas, dentre seus vários objetivos, visa a compilar, avaliar e difundir informações econômicas e sociais. O Conselho Regional de Economia/RJ firmou convênio com essa instituição, para que os leitores interessados possam consultar o catálogo, disponível na Biblioteca Eginardo Pires, e/ou adquirir publicações. O dólar do mês corrente será informado na própria biblioteca, e as publicações que não estiverem imediatamente disponíveis serão solicitadas ao escritório da Cepal em Brasília. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:

- *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe - 1998*, 108p. U\$ 15,00.
- *Panorama de la inserción internacional - 1998*, 225p. U\$ 20,00.
- *El régimen de contratación petrolera de América Latina en la década de los noventa (Cuadernos de la Cepal, 84)*, 134p. U\$ 8,00.
- *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe - 1998*, 289p. U\$ 15,00.
- *Temas y desafíos de las políticas de población en los años noventa en América Latina y el Caribe (Cuadernos de la Cepal, 83)*, 267p. U\$ 8,00.
- *Revista de la Cepal - Número 67 - Abril de 1999*, 191p. U\$ 15,00.

Horário de funcionamento da biblioteca: segundas, quartas e sextas das 12h às 18h, terças e quintas das 11h às 17h.

JORNAL

Contrato de promoção e participação

A *Gazeta Mercantil* deseja falar com os economistas. O objetivo é oferecer-lhes a assinatura do jornal com desconto, vantagem que foi obtida graças à parceria firmada entre o Corecon-RJ e a *Gazeta Mercantil S.A.*, em contrato assinado em 14 de setembro de 1998. Pelo que prevê esta parceria, o *Jornal dos Economistas* veicula, a partir deste número, encarte anunciando as assinaturas e autoriza a *Gazeta* a distribuir exemplares de propaganda em seus eventos.

Uma das contrapartidas do acordo prevê, ainda, que o Corecon-RJ repasse para a *Gazeta Mercantil*, os nomes e os telefones dos economistas registrados na entidade, para que a oferta seja feita diretamente aos interessados.

No entanto, para que seja respeitada a privacidade de cada um, o Corecon só cederá os nomes e telefones daqueles que a isso não se opuserem.

Se você não quer ser procurado por telefone pela *Gazeta Mercantil*, comunique-se com o Corecon-RJ e seu nome será retirado da lista.

Telefone: (21) 232-8178 - das 14 às 19 horas.

BIBLIOTECA

ATENÇÃO!

A Biblioteca Eginardo Pires está funcionando em novo horário:

Segundas, Quartas e Sextas,
das 12h às 18h.

Terças e Quintas,
das 11h às 17h.

PROMOÇÃO

A Livraria FGV está oferecendo o livro abaixo com desconto para os economistas associados.

- *Dinâmica Macroeconômica*, de Mário Henrique Simonsen, McGraw-Hill, por R\$ 10,00.

Livraria FGV - Tel. 536-9105
Praia de Botafogo, 188
Rio de Janeiro

Enfim, uma revista que enxerga longe!

Rumos é uma revista de economia e negócios diferente. Seu espaço não é o curto prazo. Para ela, o presente é a base na qual se exercita o futuro. Sua preocupação central é o desenvolvimento. Mais do que isso: o desenvolvimento sustentado, aquele que alimenta a si mesmo. **Rumos** acredita nisso; não se trata de diferencial de venda. Até porque é difícil vender aquilo em que não se acredita. O Brasil tem andado excessivamente mergulhado nas agruras do curto prazo. **Rumos** não se fixa nele: parte dele em busca de soluções, de mais espaço, de novos horizontes. E procura fazer isso com clareza e bom gosto, porque quer ser vista, e lida, por todo mundo, não apenas por iniciados. Afinal,

desenvolvimento é direito e dever de todos, Estado e mercado. Venha para o clube dos leitores de **Rumos**: nele sempre tem espaço para quem quer alargar horizontes.

LEIA E ASSINE

Rumos

ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO PARA OS NOVOS TEMPOS

Rua São Bento, 9, 13º andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 20090-010

Telefone: (021) 263.0817 - Fax: (021) 253.7831

E-mail: abderj@iis.com.br

ENTREVISTA

RICARDO FFRENCH-DAVIS

O neoliberalismo não se espelha na realidade

O *Jornal dos Economistas* publica entrevista do assessor da Comissão para a América Latina e Caribe (Cepal) e professor de Economia da Universidade do Chile, Ricardo Ffrench-Davis, na qual ele detalha o seu novo livro, **Macroeconomía, comercio y finanzas: para reformar las reformas en América Latina**, publicado pela Mc Graw-Hill Interamericana em espanhol e que brevemente será editado em inglês pela Macmillan Press. O ex-diretor do Banco Central do Chile analisa no livro as bases de um enfoque pragmático orientado para o desenho de políticas que ofereçam uma alternativa para o neoliberalismo. A gestão macroeconômica e a liberalização comercial e financeira ocorrida nos últimos anos, com escassos resultados alcançados em formação de capital e crescimento na América Latina, também são discutidas por Ffrench-Davis.



Cuál fue la motivación para escribir este libro?

La constatación de profundas insuficiencias y fallas en las reformas que se han realizado en estos años a través de la América Latina. Hay grandes logros: uno de los más relevantes es la derrota aplastante de las hiperinflaciones y muchos otros que recuento a través del libro. Pero tenemos fallas cruciales, y nuestro objetivo es identificarlas y proponer caminos de solución constructiva. No se trata de deshacer para comenzar desde cero; lo clave, y eficiente socialmente, es construir sobre todo lo que sea aprovechable. Por eso hablo de "reformar las reformas".

Ud. señala en su libro que se advierte una "sensación generalizada de insatisfacción entre la población y los actores sociales" en América Latina, y que el ambiente optimista generado inicialmente por las reformas económicas ha desaparecido. ¿A qué se debe esto? ¿Considera Ud. que la primera generación de reformas se ha concluido?

Estamos en medio del proceso de la primera generación de reformas, de la que se esperaba obtener crecimiento, sustentabilidad y equidad. 1999 es un año muy

indicativo de las insuficiencias y fallas de las reformas.

El crecimiento entre 1991 y 1998 ha sido débil, de 3,6%. Y ahí no contabilizamos las caídas de 1999. Cuando midamos todo el decenio, concluiremos que el crecimiento se situó apenas alrededor de un 3% anual en promedio. Eso es pobre.

No hay sustentabilidad en el sentido de haber generado economías persistentemente estables. Tenemos economías con muchos méritos respecto a diez años atrás, pero ni la actividad económica, ni el empleo, ni las utilidades de las empresas son estables o fácilmente proyectables para el año siguiente. Existen enormes altibajos y cambios de proyecciones. Las economías de América Latina muestran algunos de los rasgos del Chile de 1980-81, donde había proyecciones fantásticas para fines del decenio y la realidad se quedó notablemente corta. Tenemos una fuerte inestabilidad en nuestros sistemas económicos asociados con algunas de las reformas, y que se relacionan con la manera de hacer macroeconomía y apertura externa y con lo incompleto o subdesarrollado de varios de nuestros mercados internos (como ser, tecnología, educación, capital de riesgo de largo plazo).

Por último, tenemos poca equidad. Hay más heterogeneidad que antes en los mercados de trabajo, en el rendimiento y situación de las empresas grandes *versus* las pequeñas, las nacionales *versus* las extranjeras. Y contradicción con los objetivos que se buscaban con las reformas que era avanzar hacia sociedades más integradas y más homogéneas.

A su juicio, ¿está la primera generación de reformas mal ejecutada e inconclusa?

Citando el título de mi libro, en muchas áreas debemos reformar esas reformas. Es evidente que necesitábamos más espacio para el mercado y que los gobiernos no se metieran en el área chica sino que se concentraran en las grandes, teníamos exceso de proteccionismo y burocracia. Se ha avanzado mucho, pero en campos estratégicos se hizo de manera ingenua, creyendo que el mercado resuelve todas las situaciones. Pero en muchos casos necesitamos ayudar al mercado, lo que llamamos "completar" el mercado, para de verdad lograr precios "correctos" y un ambiente "amistoso" para la producción e inversión.

Por ejemplo, en el ámbito de las reformas financieras, debemos tener un buen mercado de capitales de

largo plazo. En varios países de América Latina el mercado de capitales de largo plazo es hoy más débil que hace diez años atrás. Y resulta que éste es esencial para el desarrollo productivo y para el desarrollo de la tecnología y la educación. El error estuvo en que las reformas con su ingenuidad o ideologismo privilegiaron el corto plazo.

Se habla mucho de que ahora necesitamos la segunda generación de reformas. Es cierto, requerimos las reformas judiciales, de perfeccionamiento de los derechos de propiedad, de educación. Pero creo que, por ejemplo, se debería haber empezado por la reforma educacional, porque demora mucho en producir resultados. Había que comenzar en el día uno, no en el año diez o veinte. En algunos casos, como el chileno, estamos haciendo reformas educacionales más profundas veinte años después.

En su libro sostiene que algunos países de la región han repetido errores costosos, en particular en cuanto al manejo macroeconómico. ¿Podría mencionar algunos de esos errores y las razones de su reiteración?

Ejemplos hay muchos, pero daré dos de áreas distintas.

El primero se refiere a la reforma comercial realizada con liberalización de la entrada de capitales que tuvo lugar en Argentina, Chile y Uruguay en los años setenta. Como en ese momento había abundancia de capitales, la reforma comercial coexistió con un atraso del tipo de cambio que provocó un crecimiento de las importaciones mucho más fuerte que el de las exportaciones. La teoría neoliberal de la reforma comercial sostiene que con la reforma, el tipo de cambio automáticamente se va a estar devaluando. Pero eso sucede si no hay ingresos de capitales. Si hay abundancia de capitales externos, se traduce en dólares baratos y los productores nacionales sufren la liberalización de las importaciones junto con el atraso cambiario.

En una docena de países de América Latina no se aprendió de la dura crisis de Chile, y la reforma de los noventa se hizo sin cuidar de que no se produjera el atraso cambiario al abrir sus importaciones. En Argentina, Perú, Brasil, México se repitió el mismo problema de Chile, que terminó en la crisis de 1982.

Se reiteró el error de suponer que el mercado va a ayudar automáticamente a la reforma comercial, sin considerar que hay que tener una política deliberada sobre el ingreso de capitales y sobre la política cambiaria para que el tipo de cambio se mueva hacia arriba cuando bajan los aranceles. Debe existir cierta compensación entre los dos variables para llegar a una economía con equilibrio entre el aumento de las importaciones y el de las exportaciones y no con un tremendo desequilibrio. Porque en ese momento los mercados de capitales dicen no hay más plata, cortan el flujo de capitales y el país debe enfrentar una dura recesión para ajustar el sector externo. Chile lo experimentó en 1982, México y Argentina en 1995.

Un segundo ejemplo de repetición de errores se da en el tema financiero. En las reformas financieras internas se volvió a liberar total y abruptamente las tasas de interés y las operaciones de los bancos, y sin supervisión prudencial estricta, sin

preocuparse de que los mercados, en esas condiciones, normalmente se van a ir hacia operaciones de corto plazo. Se produce una abundancia de créditos y depósitos de corto plazo, pero lo que necesita el mundo de la producción es mucho más un mercado de capitales de largo plazo. En ese contexto de liberalización absoluta, el mercado de largo plazo, donde hay abundancia de crédito disponible a diez o veinte años a tasas normales de interés, se demora mucho en surgir. La autoridad debe empujar el mercado para crear las instituciones de largo plazo, promover el que los bancos y las diferentes organizaciones financieras operen a largo plazo, regular la entrada de capitales de corto plazo y establecer, al comienzo de las reformas financieras y no después de cada crisis, una estricta supervisión prudencial.

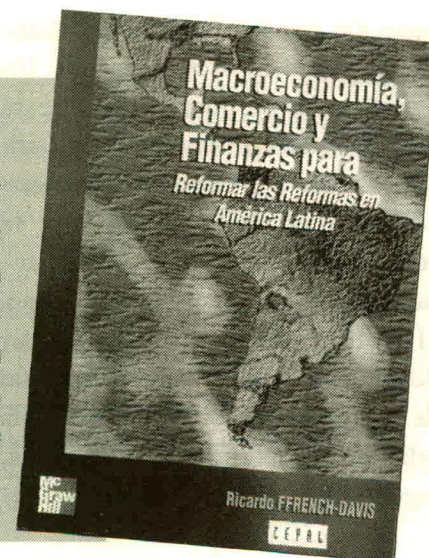
¿Cuáles son las razones de esta reiteración de errores?

Algunos son errores tan evidentes, y sin embargo se repiten reiteradamente. La neoliberal es una ideología que no mira las realidades, que no se preocupa de medir efectivamente si el objetivo se cumplió o no, de investigar porqué el resultado es distinto al esperado, donde la llamada *accountability* no es la norma.

Además, en América Latina se lee muy poco sobre la experiencia profunda de otros países. Hay errores cometidos en los años 93 y 94 que estaban descritos en documentos de la CEPAL y de diversos autores latinoamericanos y anglosajones.

Pero se vuelve a pensar que las crisis no se repetirán nunca más, que volvieron los capitales y se quedarán para siempre. Se olvidan de que la historia del mundo demuestra que los capitales vienen y van, vienen y van. Lo que debemos intentar es meternos dentro de estas estructuras y darle preferencia a los capitales que vienen de manera más estable, que son los de la inversión extranjera directa, no a aquéllos que vienen a comprar, sino a crear nuevas capacidades productivas, porque eso queda empozado dentro de la economía nacional y genera empleo y actividad

"Citando el título de mi libro, en muchas áreas debemos reformar esas reformas. Es evidente que necesitábamos más espacio para el mercado y que los gobiernos no se metieran en el área chica sino que se concentraran en las grandes, teníamos exceso de proteccionismo y burocracia"



económica sustentable a través del tiempo.

Ud. hace una crítica al neoliberalismo pero a la vez presenta propuestas concretas de políticas nuevas. ¿Qué tiene prioridad en este nuevo marco?

Lo esencial en economía y en las actividades socioeconómicas es el balance entre distintas dimensiones. Es tener presente que en América Latina no vivimos en sociedades equilibradas y homogéneas, sino que uno de los rasgos de nuestras economías es la presencia de heterogeneidades; es tener presente que la globalización es intensa pero muy desigual, desbalanceada e incompleta, y que los mercados externos son amplios pero inestables. Argentinos, chilenos y mexicanos entendemos esto hoy mejor que hace diez años atrás, tenemos también más conciencia de cuánta diversidad encierran los países en su interior y, en promedio, cuánto nos falta para ser desarrollados.

El desarrollo es, justamente, el equilibrio entre las distintas dimensiones. Para avanzar del subdesarrollo hacia el desarrollo necesitamos mejorar lo que está más atrasado: políticas macroeconómicas que creen un ambiente amistoso de verdad con la inversión y el empleo productivo; la educación y la capacitación laboral. Ésta una tarea nacional que deben inducir las autoridades nacionales, el gobierno con el apoyo de las distintas dimensiones de la sociedad. La capacitación laboral está muy atrasada en toda América Latina. Los países que saltaron del

subdesarrollo al desarrollo hicieron esfuerzos intensos de capacitación laboral. La gente está 40 años en la fuerza de trabajo, el grueso de la fuerza laboral de hoy ya salió del sistema educacional, la reforma no los va a alcanzar. Necesitamos "completar" eso, ayudar a la modernización de esa fuerza de trabajo. Debe existir una convicción nacional para movilizar los recursos y juntar a los distintos sectores, a los gremios, las organizaciones laborales, las municipalidades para un esfuerzo nacional de capacitación de la fuerza laboral.

Las nuestras son economías de mercado, ello me parece ineludible. Pero si somos pragmáticos, debemos ayudar al mercado, lo que llamamos completarlo o complementarlo. En este caso, a través de la educación y la capacitación se le incorpora más equidad y más productividad a la gente, va a ser la manera en que ellos se puedan defender en el mercado y reitero lo del mercado de capitales y una mejor macroeconomía para el desarrollo sostenible.

¿Cuáles considera Ud. son los avances conseguidos por las reformas?

Es esencial resguardar el buen ambiente macroeconómico. Las reformas han logrado mejorar un aspecto de la macroeconomía y estos avances son muy positivos. Por ejemplo, crearon conciencia de que los déficits fiscales grandes no son sostenibles. Un déficit grande, mantenido por muchos años termina explotando. Además, los déficit fiscales grandes están asociados a una despreo-

— ENTREVISTA —

cupación por la eficiencia del gasto fiscal. Y eso es muy negativo. Un avance muy importante que está presente en casi toda América Latina se refiere a la importancia de gastar bien la plata fiscal, y a la conciencia de que no se puede gastar lo que no se tiene. El populismo, el voluntarismo fiscal, es muy destructivo y fue la causa de muchas de las hiperinflaciones. Estuvo en la raíz de las hiperinflaciones chilena, argentina, boliviana, brasileña.

¿Dónde fallan las reformas?

En la falta de balance entre diferentes dimensiones. Por ejemplo, en creer que basta con el equilibrio fiscal, sin preocuparse de si los gastos esenciales para la modernización están en su nivel apropiado. Además, debíamos tener equilibrios variables según las circunstancias. En una economía inflada, lo fiscal debe ser más cauteloso, mientras que en una economía en receso, lo fiscal debe ser más expansivo. Debe jugar un papel estabilizador en este mundo global inestable.

Pero más allá de eso, en lo que han pecado los reformistas noeliberales es en considerar que la macroeconomía se puede hacer con un ajuste automático, pensando que el mundo externo se va a portar perma-

nentemente bien y que lo que necesitamos es recoger los vientos externos, que nos van a ayudar a permanecer estabilizados; a veces es así, otras es lo contrario. Seamos pragmáticos, aterrizados.

Lo que sabemos de manera pragmática es que los vientos externos son inestables. De repente - años setenta- llegan muchos capitales, luego llegan muy pocos - años ochenta; vuelven a llegar masivamente - 1991 a 1994-; se van en 1995, regresan entre 1996 y 1997, vuelven a retirarse en 1998. Necesitamos tener unas políticas monetarias y fiscales activas y flexibles, una política cambiaría en que la receta no sea, como en el mundo ortodoxo neoliberal, el tipo de cambio totalmente fijo o totalmente libre.

Los dos son extremos perniciosos, inequitativos, desestabilizadores e ineficientes. Necesitamos hacer un esfuerzo sistemático a través de América Latina por tener políticas cambiarias con flexibilidad administrada, consistente con políticas monetarias activas y con una política fiscal que cumpla un rol estabilizador. Estamos lejos de un equilibrio entre estas tres dimensiones de la política económica.

Un buen ejemplo de armonización de los movimientos de capitales de

corto plazo es el caso de Chile que entre 1991 y 1996 funcionó muy bien. En realidad, hizo la diferencia entre Chile y México. El encaje a los capitales de corto plazo significó que los grandes ingresos de capitales que vinieron a la región en esa época se fueron a otros países y sólo llegaron a Chile en escala más limitada. Por lo mismo, cuando se fueron, Chile tuvo menos problemas.

En Chile el encaje se redujo a cero el año pasado...

Es cierto, pero no se eliminó el instrumento, por lo que está disponible para cuando vuelva a ser necesario. Para nuestras economías, que son débiles, subdesarrolladas y con heterogeneidades, un manejo macroeconómico activo es esencial. Sólo así no estarán inflándose y después cayendo y golpeándose fuertemente en el suelo. Esa inestabilidad es muy negativa para la producción, para los inversionistas y para la equidad. Los inversionistas productivos se alejan con la inestabilidad, se desalientan; la mayoría de la gente pierde.

Una de las grandes razones para que la tasa de inversión pegara un salto hacia arriba en Chile a partir de 1992 fue la estabilidad macroeconómica, percibida por los

inversionistas productivos como sustentable. Chile fue el país con más estabilidad macroeconómica entre 1990 a 1996 de toda América Latina, tras veinte años de mucha inestabilidad. Desde 1996 Chile, desafortunadamente, cayó en la tentación de dejar que un ingreso excesivo de capitales le revaluara el tipo de cambio y elevara en exceso el déficit en cuenta corriente; evidentemente, como lo planteamos en la época, debió aumentar la fuerza del encaje. Por qué no se hizo? Porque adquirió preeminencia la meta de reducir más rápido la inflación y la percepción errada de que las crisis financieras no se repetirían nunca más. Los problemas gestados en 1996-97 se complicaron luego con el espectacular deterioro de sus términos del intercambio que sufrió Chile, debido a la crisis asiática. Chile resultó muy afectado por esta variable externa, pero lo cierto es que lo pescó volando bajo. Sin embargo, gracias a las fortalezas construidas en estos años y la flexibilidad cambiaría mantenida para poder corregir, como se hizo con fuerza en junio, es posible recuperar el terreno perdido. Lo clave es recoger lecciones, para no volver a tropezar con las mismas piedras en cada uno de nuestros países.

— ELEIÇÕES —

As eleições para renovação do segundo terço de conselheiros deste Conselho e do delegado-eleitor junto ao Colégio Eleitoral do COFECON serão realizadas no dia 27 de outubro próximo, com início às 9h e término às 18h. Serão escolhidos três conselheiros-efetivos e três conselheiros-suplentes, com mandato de três anos (2000/2002) e um delegado-eleitor efetivo, além de um delegado-eleitor suplente ao Colégio Eleitoral do Conselho federal de Economia.

Poderão votar os economistas registrados na jurisdição deste Conselho, portadores de inscrições definitivas ou provisórias e quites com as anuidades até a data de realização do pleito, não sendo permitido o voto por meio de procuração. No ato da votação o economista deverá exibir, junto à mesa eleitoral, documento hábil de identificação e assinar folha de votação que obedecerá à ordem numérica dos registros neste CORECON. Será permitido o voto por correspondência, conforme dispõe Resolução COFECON nº 1.629/96 e 1.635/97, devendo o economista enviar seu voto através de envelope padronizado encaminhado previamente pelo Conselho até 15 dias antes das eleições. Somente serão aceitos os votos postados na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que chegarem à mesa eleitoral especial para votos por correspondência, na sede do CORECON, até antes do encerramento dos trabalhos de votação e constatado que o eleitor estava apto para votar.

LOCAL DE VOTAÇÃO: haverá uma mesa contendo a listagem geral na sede deste Conselho, à Av. Rio Branco 109, 19º andar, podendo votar aqueles que estiverem em dia com suas anuidades e que não optaram pelo voto por correspondência.

Se você, economista, está em atraso no pagamento da(s) anuidade(s) do Conselho, quite o seu débito, porque só assim você poderá participar do processo eleitoral. Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo telefone 232-8178, Setor de Registro e Fiscalização.

Reformas e Ambiente Institucional

Durante os últimos anos, tem aumentado a inserção de aspectos macro institucionais no estudo da microeconomia convencional e o tema tem contribuído para o entendimento e a compreensão de parte da eficiência das organizações. A evolução dos conceitos incorporou novos elementos à análise, ampliando o corpo da matéria até o uso de instrumentos de natureza institucional, como fator de explicação ao estágio no desenvolvimento econômico de um país, ¹ Uma importante variável para a medida de desenvolvimento de uma nação está contida na eficiência e qualidade do sistema legal. Em particular, os aspectos relacionados à incidência e distribuição dos encargos do sistema fiscal. A eficiência na gestão, distribuição de impostos e encargos, tem sido utilizada como elemento complementar às condições exigidas para um país entrar em um processo de desenvolvimento econômico auto sustentado.

Um trabalho clássico sobre o tema, de conteúdo mais amplo, pode ser encontrado em "Constitutional Environments and Economic Growth", de Gerald W. Scully - 1992 - Princeton Univ. Press que, por enfatizar o tema de forma abrangente e estabelecer elementos para a comparação da contribuição dos elementos institucionais, entre países, deveria servir de material de apoio aos congressistas e aos membros do governo brasileiro envolvidos com os projetos de reforma constitucional, em especial os de natureza tributária.

Os três últimos governos têm em discurso, mais do que em ações, ressaltado que a reforma tributária constitui-se em instrumento necessário e imprescindível ao processo de estabilização e um complemento ao programa de reforma do próprio Estado, em suas novas atribuições, entre as quais se destacam: agente ativo no processo de geração de estabilidade econômica, promotor e provedor eficiente de segurança, agente disciplinador e fiscalizador das distorções no sistema de concorrência - mediante a oferta de agências regulatórias -

que equalizem a oferta de bens públicos (informação e equilíbrio concorrencial) em quantidades compatíveis com as necessidades dos agentes envolvidos.

Nessa nova função, a necessidade de uma legislação consistente com os objetivos e a formulação estratégica das recentes funções e tarefas do Estado representa a sinalização definitiva da diminuição da participação do Estado tanto no processo produtivo, como na intermediação financeira, tanto ao nível federal, como no estadual.

Como exemplo complementar, podemos citar o afastamento do Estado da possibilidade de arbitrar pelo particular em detrimento do coletivo ou ainda da impossibilidade de formulações pelo executivo de ações de caráter econômico, com critérios não transparentes, o que implica na escolha ideológica do Estado - empresário mínimo - e na afirmação da condução da coisa pública, norteada nos princípios de eficiência e respeito às regras de mercado.

Uma reforma tributária para obter o enquadramento nas novas funções do Estado deveria contemplar, representar ou indicar, como opção, no elenco de suas propostas, os elementos acima descritos.

O processo de reforma tributária que os governos vêm tentando desenvolver tem como principal ponto comum a impressionante coincidência de que, quando avança em alguns pontos sofre desvios e retrocessos de natureza política, retrocedendo ao ponto inicial, e somente quando o governo parte para uma ofensiva direta, consegue-se avanços, fato esse detectado na aprovação da desoneração das exportações da incidência do ICMS, sem dúvida, o maior feito do atual governo no campo da diminuição das distorções da Constituição de 1988 sobre a atividade econômica e a geração de custos indiretos sobre o comércio exterior brasileiro. No entanto, o mesmo ator tem falhado sistematicamente quando lhe é cobrada uma proposta de reforma tributária com começo, meio e fim.

Ao conjunto de propostas ou idéias apresentadas ao Congresso, pelo governo federal, podemos, de forma sintética, descrever como tendo por principais características:

1) o descontingenciamento de recursos atrelados de forma compulsória pela Constituição de 1988;

2) a racionalidade de tratamentos tributários entre empresas - unificação de impostos;

3) a reorganização de incentivos fiscais;

4) a reestruturação do sistema previdenciário - com a redefinição do sistema de benefícios e privilégios.

A despeito da inexistência de uma proposição unificada, as principais críticas repousam justamente no fato de que a formulação do governo não contempla soluções abrangentes para nenhum dos pontos críticos do atual sistema tributário, a saber, basicamente: o excessivo rigor burocrático quanto à forma fiscalista e baixa capacidade efetiva de materialização dos encargos da tributação sobre uma base ampla de contribuintes, pouca eficiência na distribuição desse ônus entre os agentes, de forma a alcançar maximização da arrecadação, condicionada à necessidade de racionalidade econômica e social e à adequação a um País com uma economia aberta, competitiva e integrada ao fluxo de comércio e financeiro em escala global, conjugado à condição de primeira ordem, qual seja, o equilíbrio fiscal primário.

Apesar da crescente cobrança por mudanças e da necessidade de um projeto de reformas, tais demandas não são suficientes para provocar um avanço em termos propositivos.

A questão a se colocar é "Por quê?". E para uma reflexão consciente sobre o tema é importante lembrar os fundamentos jurídicos, sociológicos e econômicos que norteiam os sistemas tributários.

A teoria de taxação ótima recomenda que os princípios econômicos que regulam a distribuição da tributação entre os agentes econômicos, seja sob a forma indireta ou da inven-

ção moderna dos impostos diretos e contribuições sobre lucros, devem ter como pressuposto a procura por elementos que forneçam critérios de equidade distributiva entre os contribuintes, aliado a equilíbrio na fixação das alíquotas marginais de cada fonte de tributação tendo, como produto final, a criação de instrumentos e ações sociais capazes de redistribuir os benefícios da oferta de serviços e bens públicos pelo Estado, em quantidades suficientes para resgatar as distorções causadas pela imperfeições na geração das riquezas. Em outras palavras, deve existir um princípio de "accountability" ou de responsabilidades cruzadas e contrapartidas em um sistema tributário.

O resultado final é a procura por um conjunto de ações consistentes por parte do Estado, que objetive a minimização dos desvios de rendas através de políticas compensatórias e eficiência na indução e no equilíbrio na redistribuição de rendas, seja da forma funcional, espacial, regional ou setorial.

A ocorrência de um sistema tributário ineficiente, muitas vezes, constitui-se em fator gerador de distorções sobre o processo produtivo, com a inevitável propensão de ser a causa e a origem de graves e traumáticas rupturas em sistemas e regimes sociais, políticos e econômicos.

O principal exemplo de uma formulação consistente com a preocupação política da eficiência de longo prazo, que deve ter um sistema tributário, pode ser encontrado no processo de independência dos Estados Unidos da América e de sua separação política da Inglaterra, onde tivemos, pela primeira vez na história, a fixação e afirmação do princípio da representação política como a outra face da moeda do pagamento de impostos e a busca de racionalidade na tributação. Na apreciação dos principais temas dos debates entre os federalistas versus antifederalistas temos uma grande lição para compreendermos a origem de algumas distorções e argumentações lógicas de segmentos políticos de alguns

ARTIGO

setores. O *core* das discussões, naquela época, repousava:

a) na definição e na formulação de competências e encargos entre os agentes recolhedores e repassadores de recursos - União ou estados membros;

b) em como, e em que condições, deveria ser taxado o comércio interestadual e que autonomia poderiam ter os estados membros (Estados) na fixação de relações comerciais com desdobramento de natureza econômica; e

c) na fixação das regras de comércio e de taxação sobre as relações com o exterior, bem como na definição da competência e dos critérios que seriam seguidos.

Tais definições de princípios exigiriam a obediência às tarefas vocacionais clássicas da União: segurança nacional, distribuição de justiça e a provisão de bens públicos em setores em que houvesse indefinições quanto à delegação de competência para a oferta do bem ou serviço, caso dos serviços de proteção e salvamento (Corpo dos Bombeiros).

A opção pelo sistema federativo, com distribuição de competências precisas entre os membros, foi a principal responsável pela execução, com sucesso, do modelo de desenvolvimento americano até a grande crise de 1860/65, onde praticamente foram reafirmados os princípios básicos do modelo tributário americano, que permanecem em sua espinha dorsal, mesmo ao longo de duzentos anos.²

Um exemplo recente de proposta de alteração na legislação orçamentária, em curso no congresso americano, pode ser de grande valia para melhorarmos a transparência tanto no nosso orçamento público como no uso dos fundos públicos. Pela nova lei de responsabilidade fiscal, todo município com população superior a

150 mil pessoas ficará obrigado a ter balanço anual, auditado por empresa de auditoria externa e demonstração de origem dos recursos, discriminação das fontes de receita e abertura das despesas com detalhamento dos custos de obras públicas e previsão orçamentária para obras que tenham impacto no orçamento superior a 15% dos recursos orçados; a obra deve ter aprovação do conselho municipal e a prefeitura deve fazer provisão para despesas de contingência e depreciação das obras e bens públicos com mais de dez anos de existência.

A municipalidade fica também obrigada a colocar à disposição da sociedade os números e explicações detalhadas sobre o custo da administração com pessoal, educação, segurança pública e saúde, abertura das aplicações e dos usos de transferência de recursos de origem federal e estadual. No caso de municípios que pretendam executar lançamentos de títulos públicos, estes ficam obrigados a manterem, no mínimo, uma avaliação econômico-financeira elaborada por agentes externos e, ainda, a contratar fixação de parâmetros de *rating*, além de cronograma de resgate e previsão de superávit fiscal compatível com os encargos estimados.

Esta longa introdução de conceitos e fatos serve para esclarecer que, no Estado moderno, constituído sobre a base do regime político democrático, onde os direitos da cidadania incorporaram uma gama enorme de direitos e obrigações econômicas, como nos ensina Noberto Bobbio, o assunto reforma tributária e reformas transcende ao debate político conjuntural e se insere dentro da própria discussão do novo papel do Estado, assim como da escolha pela sociedade do modelo de distribuição dos

benefícios e de sua real e efetiva base de incidência entre os diversos setores e segmentos que constituem a economia³.

Portanto, quando falamos de reforma tributária estamos discutindo, como os diversos segmentos sociais e econômicos e suas representações políticas arbitram e decidem a seguinte questão.⁴

Qual e como será a distribuição dos benefícios diretos e indiretos da receita fiscal direta e das isenções e incidências dos subsídios e a arbitragem dos seus efeitos:

a) sobre a renda dos agentes econômicos (produtores e consumidores) nacionais;

b) entre as atribuições e a renda dos estados e municípios e a definição dos critérios que serão observados para a responsabilização no cumprimento das delegações;

c) sobre o comércio internacional e a proteção a empresa doméstica;

d) na forma de poder e o controle das representações políticas dos Estados, Municípios e União; e

e) na distribuição da renda intertemporal - entre jovens e velhos (questões previdenciárias).

Como podemos perceber, um debate sério e a escolha consciente de um modelo é um processo muito mais complexo, profundo e abrangente do que nos revelam as formulações e colocações freqüentes e avançam sobre temas e pontos em que a sociedade brasileira ainda não tem respostas definitivas ou conceitos estabelecidos.

Portanto, é compreensível que, apesar de se constituir em unanimidade nacional, o debate sobre a matéria não encontra solução de continuidade e eficácia, em decorrência da existência de dois pólos claramente definidos: de um lado perdedores do atual sistema, desorganizados e

com interesses pouco definidos em ações concretas, e, de outro, setores organizados, beneficiários da atual estrutura, que, mesmo não existindo coincidência de objetivos, estabelecem um eficiente pacto de solidariedade na defesa e manutenção da continuidade de tais privilégios, perpetuando o usufruto do atual sistema tributário.

Uma vez entendida a dinâmica do processo, emerge a compreensão da situação de inércia em que encontram-se as reformas, sendo até possível, a partir da análise descrita, prever pouco sucesso ao projeto de reforma tributária em curso ou a um conjunto de reformas do Estado mais abrangente, que não enfoquem os fundamentos aqui descritos e que resulte, portanto, de uma solução do tipo negociada, com ênfase no "consenso" ou em barganhas clientelistas.

Comportamentos dessa natureza geralmente projetam uma correlação de forças de natureza difusa com pouca densidade política, sendo subproduto de demandas e projeções de interesses que exigem, do processo político, arbitragem e não acomodação, podendo ter, como resultado potencial, uma reforma no sistema tributário que, por fragilidade, em sua construção, pode representar de fato um tipo de "acomodação de interesses difusos", sendo pior, em seu escopo e no produto final, que o sistema atual.

* O autor é economista. Professor da Faculdade de Economia do IBMEC/RJ

11 La Porta, Raphael e outros, Law and Finance, NBER, WP 6558, 1996

2 North, Douglass - The Economic Growth of the United States 1790-1860, The Norton Library 1966. New York

3 Rawls, John, Uma teoria da justiça, editorial Presença 1993, Lisboa

4 Bobbio Noberto - A Era dos Direitos - Editora Campus, 1992, RJ

CAMPANHA DOAÇÃO DE LIVROS

Continuem com suas doações para nossa campanha. No primeiro semestre de 1999 já recebemos em torno de 900 obras, que estão sendo enviadas para Faculdades de Ciências Econômicas com finalidade de equipar seus acervos, entre elas à Faculdade de Ciências Econômicas de Valença e o Núcleo de Economia da Faculdade Estácio de Sá. Acreditamos que nossa iniciativa representa um importante serviço de intercâmbio entre Instituições do Estado do Rio de Janeiro, que permite disponibilizar importantes obras para um amplo público de leitor.

FIQUE POR DENTRO

VALOR REFERENCIAL DE HONORÁRIOS

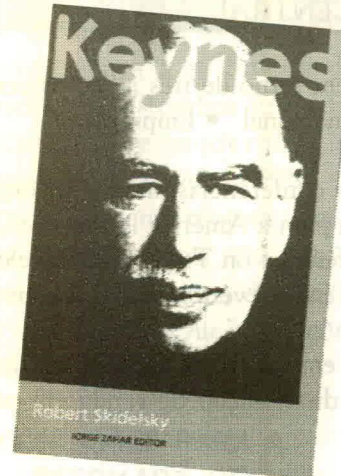
O VRH está fixado em R\$ 0,70 (setenta centavos de Real) para o mês de setembro.

ABRE ASPAS



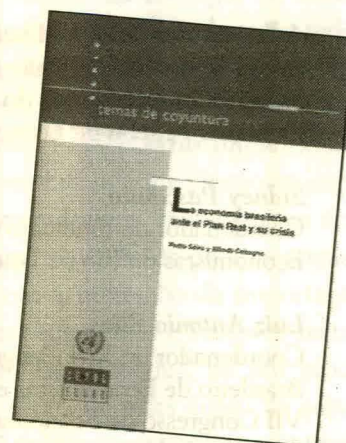
T **TRANSFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS DOS SISTEMAS FINANCEIROS - UM ESTUDO COMPARADO**, organizado por Marcos Antônio Macedo Cintra e Maria Cristina Penido de Freitas. Trata-se de uma coletânea de artigos, em que os autores procuram apreender, de uma perspectiva keynesiana, as principais transformações nos sistemas financeiros nacionais, desde o início dos anos 80, para assim subsidiar o debate sobre a reforma financeira no Brasil. O livro está estruturado em duas partes. Na primeira, analisam o formato institucional do sistema monetário e financeiro de uma mostra de 11 países (Estados Unidos, Alemanha, Japão, França, Itália, Reino Unido, Coréia do Sul, Formosa, México, Chile e Argentina). Destacam as características comuns e específicas dos sistemas financeiros, no que se referem às relações com o banco central e a gestão da política monetária, à regulamentação e supervisão financeira, aos mecanismos de financiamento de longo prazo e ao tratamento conferido ao capital estrangeiro. Na segunda parte, buscam aprofundar a análise das mudanças no processo de gestão da riqueza, a partir das interações entre o sistema financeiro, as corporações e o banco central, nos Estados Unidos, na Alemanha e no Japão. Como se sabe, o peso relativo desses países termina por influenciar o sentido das transformações nas demais economias nacionais, configurando a chamada "globalização financeira". Edições Fundap, 421p.

K **KEYNES**, de Robert Skidelsky. Nesse livro, o biógrafo e estudioso de Keynes lança um olhar contemporâneo sobre o grande pensador e economista britânico, destacando a atualidade de seus desafios teóricos. Resgatada pela economia globalizada, a "revolução keynesiana" é esquadrihada sob diversos aspectos: a filosofia prática, a reforma monetária e a teoria geral, sendo seu legado reavaliado à luz da atualidade. Com tradução e apresentação do professor José Carlos Miranda, esse livro será útil não só para estudantes de economia, mas para todos aqueles que vêem o passado como fonte de ensinamento para o futuro. O autor é professor de economia política da Universidade de Warwick, Inglaterra. Jorge Zahar Editor, 164p.



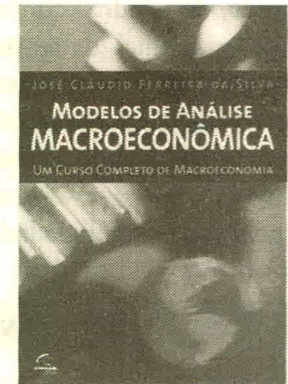
R **REVISTA DE LA CEPAL**, agosto de 1999. A publicação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe traz, em seu número 68, artigos diversos: *La Cepal y las nuevas teorías del crecimiento*, de Adela Hounie, Lucía Pittaluga, Gabriel Porcile e Fabio Scatolin; *El debate sobre política industrial*, de Bernardo Kosacoff e Adrián Ramos; *Desafíos competitivos del Mercosur a las pequeñas y medianas empresas industriales*, de Francisco Gatto; *Comercio y crecimiento em Chile*, de Manuel R. Agosin e *Los Modelos de descentralización educativa em América Latina*, de Emanuela Di Gropello. Editada pela Cepal, 210p.

T **TEMAS DE COYUNTURA**, publicação da Divisão de Estatísticas e Projeções Econômicas da Cepal. *La economía brasileña ante el Plan Real y su crisis* é dissecada pelos autores - Pedro Sáinz e Alfredo Calcagno, nos anos 1994-1998, com a análise dos pontos-chaves do plano: inflação e preços relativos, setor financeiro, setor externo e transformação produtiva. A evolução econômica do Brasil nos anos 90 e, muito particularmente, a partir da aplicação do Plano Real, se enquadra no processo de reformas macroeconômicas e institucionais latino-americanas. É incorporada um pouco tardiamente a esse processo mas compartilha a abertura comercial e financeira externa, privilegia o objetivo de estabilidade de preços e incorpora nos últimos anos políticas ativas de privatização. Edição da Cepal, 84p.



LIVROS COM DESCONTO

A Editora Campus está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



Modelos de Análise Macroeconômica,
Ferreira da Silva.
De: R\$ 42,00 Por: R\$ 29,40

- Uma nova Recessão: o que deu errado? Krugman. De: R\$ 31,00 Por: R\$ 21,70
- Globalização e Globobagens, Krugman. De: R\$ 34,00 Por: R\$ 23,80
- Introdução à Economia, Mankiw. De: R\$ 79,00 Por: R\$ 55,30
- Fundamentos da Moderna Administração Financeira, Brigham. De: R\$ 65,00 Por: R\$ 45,50
- Sucesso, Dummies. De: R\$ 44,00 Por: R\$ 30,80
- A Crise do Capitalismo, George Soros. De: R\$ 33,50 Por: R\$ 23,45
- A Riqueza e a Pobreza das Nações, Landes. De: R\$ 68,50 Por: R\$ 47,95
- Macroeconomia Moderna, De Paula. De: R\$ 39,00 Por: 27,30
- Macroeconomia: Teoria Política e Econômica, Blanchard. De: R\$ 69,00 Por: R\$ 48,30

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.
Horário de funcionamento:
segundas, quartas e sextas,
das 12h às 18h;
terças e quintas, das 11 às 17h.
Telefone: (21) 232-8178

CONGRESSO

XIII Congresso Brasileiro de Economistas

VII Congresso de Economistas da América Latina e Caribe

“A herança do Século XX e a construção do novo século”

Desde o ano passado divulgamos exaustivamente a temática central dos Congressos que nos propusemos a organizar entre os dias 13 e 17 de setembro, no Hotel Glória. A realização dos dois eventos no Rio de Janeiro, na mesma ocasião, destina-se a propiciar um balanço, ao mesmo tempo abrangente e profundo, do quadro econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe, de maneira a captar as aceleradas mudanças que vêm ocorrendo na realidade econômica da região nesta virada de século. Constituem, assim, oportunidades únicas para que economistas da região realizem intensa troca de percepções, experiências e análises sobre nossa realidade, em transformação.

A perspectiva adotada é histórica. Pretendemos captar os fenômenos locais e globais que dão forma e movimento a essas mudanças. O objetivo é conciliar um balanço da herança recebida como uma reflexão, também profunda e abrangente, sobre os desafios e as soluções dos problemas no século XXI. A herança do século XX deve ser vista e explorada como um fator para a construção de um novo século que, espera-se, seja marcado pela menor desigualdade, assim como pela maior solidariedade, justiça social, progresso e racionalidade econômica.

TEMÁTICA CENTRAL

Os dois eventos estarão organizados em torno de três aspectos centrais:

- Desenvolvimento
- Inserção Internacional
- Emprego

Haverá um Painel de Abertura e duas conferências, uma a ser organizada em conjunto com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - Cepal, outra com a United Nations Conference on Trade and Development - Unctad, e um Painel de Encerramento. Estes eventos serão únicos para as atividades do Congresso.

A Cepal foi solicitada e apresentará, em quatro sessões, os resultados da pesquisa sobre crescimento, emprego e distribuição de renda em países da América Latina

SESSÃO CEPAL

O eixo-Cepal do encontro destina-se à apresentação do resultado da pesquisa sobre crescimento, emprego e distribuição de renda em países da América Latina.

SESSÃO UNCTAD

Esta sessão foi aberta especialmente para a apresentação do importante documento *Trade and Development Report 1999*, que será divulgado primeiramente no Congresso.

COORDENAÇÃO

Antonio Corrêa de Lacerda
Presidente do Conselho Federal de Economia

Roberto Verrier
Presidente da Associação de Economistas da América Latina e Caribe

Eduardo Mendes Callado
Presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro

Luiz Carlos Delorme Prado
Presidente do Instituto de Economistas do Rio de Janeiro

Adhemar dos Santos Mineiro
Coordenador da Comissão de Relações Internacionais do Conselho Federal de Economia

Sidney Pascoutto
Coordenador do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro

Luiz Antonio Elias
Coordenador do XIII Congresso Brasileiro de Economistas e do VII Congresso de Economistas da América Latina e do Caribe

ORGANIZAÇÃO

- Conselho Federal de Economia - Cofecon
- Associação de Economistas da América Latina e Caribe - AEALC
- Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro - Corecon/RJ
- Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro - Sindecon/RJ
- Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro - IERJ

PATROCÍNIO

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
- Governo do Estado do Rio de Janeiro
- Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio de Janeiro - FAPERJ
- Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto - Andima
- Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP/NCT
- Núcleo Superior de Estudos Governamentais - NUSEG/UERJ
- Petrobras
- Banco do Brasil
- Varig
- Gazeta Mercantil
- Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Fundação Nacional de Artes/Ministério da Cultura
- Livraria Dazibao
- Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás
- FIRJAN
- CIRJ
- SESI
- SENAI
- IEL

APOIO

- Anpec - Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia
- Ange - Associação Nacional de Cursos de Graduação em Economia
- SEP - Sociedade Brasileira de Economia Política
- IE/UFRJ - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Universidade Candido Mendes
- Unesco - Unidad Regional de Ciencias Sociales para America Latina y Caribe
- Unesco/Universidade das Nações Unidas sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (Reg/Gen)
- Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos
- UFF - Mestrado de Economia da Universidade Federal Fluminense - UFF
- Facultad de Economia Division de Estudios de Posgrado da Universidad Nacional Autonoma de Mexico
- Sela - Sistema Econômico Latino-Americano
- Aladi - Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração
- UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development
- Faculdade de Ciências Econômicas e Administração da Universidade da República do Uruguai
- ABET - Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
- Sobeet - Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica
- Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense
- Ibáse - Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas
- AECI - Agencia Española de Cooperación Internacional
- SUJB - Fundação Universitária José Bonifácio
- Universidade Ricardo Palma

CONGRESSO

PROGRAMA GERAL (HOTEL GLÓRIA: A – Salão Nobre; B – Salão Dourado; C – Salão Branco)**ABERTURA: A CRISE DOS PARADIGMAS E OS DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI**

- Anthony Garotinho, Governador do Estado do Rio de Janeiro
- Antônio Corrêa de Lacerda, Presidente do Conselho Federal de Economia
- Roberto Verrier, Presidente da Associação de Economistas da América Latina e Caribe
- Eduardo Mendes Callado, Presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro
- Luiz Carlos Delorme Prado, Presidente do Instituto de Economistas do Rio de Janeiro
- Fernando Peregrino, Diretor Superintendente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro
- Adhemar dos Santos Mineiro, Coordenador da Comissão de Relações Internacionais do Conselho Federal de Economia
- Sidney Pascouito, Coordenador do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro
- Luiz Antônio Elias, Coordenador do XIII Congresso Brasileiro de Economistas e do VII Congresso de Economistas da América Latina e Caribe

- Palestrantes:
- Oswaldo Sunkel, Universidade do Chile
 - Edward Amadeo, Secretário de Política Econômica – Ministério da Fazenda
 - Wanderley Guilherme dos Santos, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro

21:00h – SHOW DE CONFRATERNIZAÇÃO**A – DESENVOLVIMENTO****Políticas de estabilização e desenvolvimento**

- Armando Córdoba, Universidade Central da Venezuela
- Luciano Coutinho, Instituto de Economia / Universidade de Campinas – IE/Unicamp
- Júlio Sérgio Gomes de Almeida, Secretário Executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI (Coordenador)

Globalização, governabilidade e Estado-Nação

- Lourdes Sola, Universidade de São Paulo – USP
- Renée Dreyfus, Centro de Estudos de Mudanças Globais – Coppe/UFRJ
- Cândido Grzybowski, Diretor do Instituto de Análises Econômicas – IBASE
- Fabiano Santos, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ (Coordenador)

Infraestrutura / Desenvolvimento / Financiamentos

- Firmino Ferreira Sampaio Neto, Presidente da Eletrobrás
- Armando Castelar, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES
- Ana Esther Ceceña, Universidade Nacional Autônoma do México – UNAM
- José Clemente de Oliveira, Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Coordenador)

Desigualdades: distribuição de renda e riqueza

- Jaime Estay, Universidade de Puebla/México
- Pascual Gerstenfeld, Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL
- Ricardo Henriques, Universidade Federal Fluminense – UFF
- Martha Mayer, Diretora de Pesquisa Econômica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Coordenadora)

B – INSERÇÃO**Economia internacional no final do século XX**

- Samir Amin, Fórum do Terceiro Mundo/Senegal
- Carlos Moneta, Secretário Permanente do Sistema Econômico Latino-Americano – SELA
- Theotônio dos Santos, Assessor Especial para Relações Internacionais do Governo do Rio de Janeiro (Coordenador)

Política comercial, regulação e fluxos de comércio

- Viviane Ventura-Dias, Diretora da Divisão de Comércio Internacional da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL
- Lia Vals Pereira, Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro – FGV/RJ
- Carlos Roberto de Castro, Presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo

Lições e experiências recentes de integração regional

- Renato Baumann, Diretor do Escritório da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL/BR
- Antonio Antunes, Ex-Secretário Geral da Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração – ALADI
- Wilson Cano, Instituto de Economia da Universidade de Campinas – IE/Unicamp
- Francisco Borja Magalhães Filho, Pró-Reitor da Universidade Federal do Paraná (Coordenador)

Alca: situação atual e perspectivas

- Samuel Pinheiro Guimarães, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI/MRE
- Armando di Filippo, Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL
- Juan Mario Vacchino, Diretor de Desenvolvimento do Sistema Econômico Latino-Americano – SELA
- Fátima Melo, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE (Coordenadora)

C – EMPREGO**Globalização, modernização tecnológica e emprego**

- Leonel Corona, Universidade Nacional Autônoma do México – UNAM
- Octávio Rodriguez, Instituto de Economia da Universidade da República do Uruguai
- João Damásio de Oliveira Filho, Presidente da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia – ANPEC

Desigualdades regionais e políticas de emprego

- Clélio Campolina Diniz, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar/MG
- Leonardo Guimarães Neto, Universidade Federal da Paraíba – UFPB
- Nelson Chalfun, Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro – Corecon/RJ (Coordenador)

Produtividade e emprego industrial

- Benjamin Coriat, Universidade de Paris
- Antonio Prado, Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP
- Paul Singer, Universidade de São Paulo – USP
- João Sabóia, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IE/UFRJ (Coordenador)

Flexibilidade: solução ou precarização do trabalho

- José Pastore, Universidade de São Paulo – USP
- Sérgio Mendonça, Diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos – DIEESE
- Adalberto Moreira Cardoso, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ
- Maria Regina Nabuco, Presidente do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais – Corecon/MG (Coordenadora)

18:15h – SESSÃO ESPECIAL**Cinqüentenário do Manifesto Latino-Americano de Presbich-CEPAL**

- José Antonio Ocampo, Secretário Executivo da CEPAL

Homenagem ao Professor Celso Furtado

- Maria da Conceição Tavares, Professora Emérita da UFRJ
- Octávio Rodriguez, Instituto de Economia da Universidade da República do Uruguai

13 DE SETEMBRO
18:30h às 20:30h

9:00h às 10:30h

10:45h às 12:30h

14 DE SETEMBRO
14:00h às 16:00h

16:15h às 18:00h

CONGRESSO

15 DE SETEMBRO

9:00h às 10:30h

A - DESENVOLVIMENTO**Déficit público / Endividamento / Sistema Financeiro**

- *Carlos Antônio Luque*, Secretário Adjunto de Planejamento do Governo de São Paulo
- *Otaviano Canuto*, Instituto de Economia / Universidade de Campinas - IE/Unicamp
- *Rogério Studart*, Instituto de Economia do Rio de Janeiro - IE/UFRJ
- *Marco Antonio Vasconcellos*, Vice-presidente do Conselho Regional de São Paulo (Coordenador)

Macrocenários nacionais de longo prazo

- *Arturo Huerta*, Universidade Nacional Autónoma do México - UNAM
- *Lauro Vieira de Faria*, Fundação Getúlio Vargas - FGV/RJ
- *João Carlos Ferraz*, Diretor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IE/UFRJ (Coordenador)

10:45h às 12:30h

Reestruturação industrial e política tecnológica na região

- *Fábio Erber*, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IE/UFRJ
- *André Lopes*, Universidade de Buenos Aires
- *Mauro Marcondes Rodrigues*, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP/MCT (Coordenador)

14:00h às 16:00h

Meio ambiente e desenvolvimento sustentável

- *Vandana Shiva*, Research Foundation for Science, Technology and Ecology, Índia
- *Roberto Bernejo*, Universidade del País Vasco, Espanha
- *Eugênio Cânepa*, Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul
- *João Alberto Capiberibe*, Governador do Estado do Amapá (Coordenador)

16:15h às 18:00h

B - INSERÇÃO**OMC: Resultados e preparativos para a rodada do milênio**

- *Pedro Motta Veiga*, Presidente da Sociedade Brasileira de Estudo de Empresas Transnacionais - SOBEET
- *Luiz Carlos Delorme Prado*, Presidente do Instituto de Economistas do Estado do Rio de Janeiro - IERJ
- *Hélio Portocarrero de Castro*, Superintendente da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP/MF (Coordenador)

Globalização financeira e liberalização cambial na região

- *Jan Kregel*, Consultor da Unctad/ONU, Universidade de Bologna, Itália e Johns Hopkins University
- *Alicia Girón*, Instituto de Investigações Econômicas - UNAM
- *José Carlos Miranda*, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IE/UFRJ (Coordenador)

Transnacionais, desnacionalização e concentração de poder econômico

- *Reinaldo Gonçalves*, Vice-presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro - Corecon/RJ
- *John Cantwell*, The University of Reading
- *João Paulo de Almeida Magalhães*, Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro - Corecon/RJ (Coordenador)

Estratégias dos bancos multilaterais para a economia da região

- *Eliana Cardoso*, Banco Mundial - BIRD
- *Fernando Cardim*, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IE/URFJ
- *Adhemar dos Santos Mineiro*, Conselho Federal de Economia - Cofecon (Coordenador)

C - EMPREGO**Experiência de geração de emprego e distribuição de renda**

- *Fernanda Carvalho*, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE
- *Fernando Haddad*, Universidade de São Paulo - USP
- *Antonio Maria da Silveira*, Fundação Getúlio Vargas - FGV/RJ (Coordenador)

Emprego e desemprego: diferenciais por gênero

- *Hildete Pereira de Mello*, Universidade Federal Fluminense - UFF
- *Simone Wajzman*, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar/MG
- *Carlos Henrique Corseuil*, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA (Coordenador)

Inserção internacional e reflexos na estrutura de emprego

- *Javier Martínez Peinado*, Universidade de Barcelona
- *Jorge Mattoso*, Instituto de Economia da Universidade de Campinas - IE/Unicamp
- *Victor Hugo Klagsbrum*, Diretor do Mestrado de Economia da Universidade Federal Fluminense - UFF (Coordenador)

Normas trabalhistas e comércio internacional

- *Kjeld Aagard Jakobsen*, Secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores - CUT
- *Cláudio Deddeca*, Presidente da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET
- *Mônica Bruckmann*, Instituto de Investigaciones Sociales Perumundo (Coordenadora)

17:00h - REUNIÃO DOS PRESIDENTES DOS COLÉGIOS DE ECONOMISTAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

- Coordenação:
- *Roberto Verrier*, Presidente da AEALC
 - *Juan Pablo Arroyo*, Presidente do Colégio de Economistas do México

22:00h - EVENTO CULTURAL

16 DE SETEMBRO

9:00h às 10:30h

A - DESENVOLVIMENTO**Educação: base do desenvolvimento econômico-social**

- *Axel Didrikson*, Coordenador da Cátedra Unesco/Universidad y Integración - México
- *Julio Carranza*, Unesco - Havana
- *José Raymundo Romeo*, Presidente do Conselho Latino-Americano da IAUP
- *Francisco López Segrera*, Conselheiro Regional da Unesco - América Latina e Caribe (Coordenador)

Questão regional e a organização do território

- *Tânia Bacelar*, Conselho Federal de Economia - Cofecon
- *Milton Santos*, Universidade de São Paulo - USP
- *Antonio Carlos da Silva Barreto*, Vice-presidente do Conselho Federal de Economia - Cofecon (Coordenador)

10:45h às 12:30h

B - CEPAL**Síntese geral da pesquisa**

- *Barbara Stallings*, Diretora da Divisão de Desenvolvimento Econômico da CEPAL
- *Antônio Corrêa de Lacerda*, Presidente do Conselho Federal de Economia - Cofecon (Coordenador)

Acumulação de capital

- *Ricardo Bielschowsky*, Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL/Brasil
- *Graciela Moguilansky*, Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL/Chile
- *José Rubens Garlipp*, Presidente da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia - ANGE (Coordenador)

C - EMPREGO**Apresentação de trabalhos**

selecionados pelo
Comitê Científico

Apresentação de trabalhos

selecionados pelo
Comitê Científico

CONGRESSO

16 DE SETEMBRO

14:00h às 16:00h

16:15h às 18:00h

A - DESENVOLVIMENTO**Reforma agrária e desenvolvimento da agricultura**

- *José Graziano da Silva*, Instituto de Economia da Universidade de Campinas - IE/Unicamp
- *Roberto Escalante*, Diretor de Pós-Graduação da Universidade Nacional Autônoma do México - UNAM
- *João Pedro Stédile*, Coordenador do Movimento dos Sem-Terra - MST
- *Maria José Cylar Monteiro*, Fundação Getúlio Vargas - FGV/RJ (Coordenadora)

O Estado num mundo em transformação

- *Paulo Nogueira Batista Jr.*, Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP
- *Carlos Lessa*, Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - CCJE/UFRJ
- *José Luiz Pagnussat*, Conselho Regional de Economia de Brasília
- *Rosa Maria Marques*, Presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política - SEP (Coordenadora)

B - CEPAL**Síntese geral da pesquisa**

- *Jorge Katz*, Coordenador Substituto da Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial - CEPAL/Chile
- *Fernando Peregrino*, Diretor Superintendente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Coordenador)

Emprego e distribuição de renda na região

- *Wagner Weller*, Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL/Chile
- Síntese geral da pesquisa: o caso do Brasil
- *Renato Baumann*, Diretor da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL/Brasil
 - *Juan Pablo Arroyo*, Presidente do Colégio de Economistas do México (Coordenador)

C - EMPREGO**Apresentação de trabalhos****selecionados pelo****Comitê Científico****Apresentação de trabalhos****selecionados pelo****Comitê Científico****18:30h às 20:00h - SESSÃO ESPECIAL UNCTAD/ONU: APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO TRADE AND DEVELOPMENT REPORT 1999**

- *Rubens Ricúpero*, Secretário Geral da United Nations Conference on Trade Development (vídeo)
- Palestrante: *Jan Kregel*, Consultor da Unctad/ONU, Universidade de Bologna, Itália e Johns Hopkins University
- Coordenador: *Reinaldo Gonçalves*, Vice-presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

22:00h - EVENTO CULTURAL

17 DE SETEMBRO

9:00h às 11:00h - ENCERRAMENTO : PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO E PROJETOS ALTERNATIVOS

- *Antonio Barros de Castro*, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IE/UFRJ
- *Eugênio Staub*, Presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial - IEDI/FIESP
- *Theotônio dos Santos*, Assessor Especial de Relações Internacionais do Governo do Estado do Rio de Janeiro

Coordenadores / Debatedores:

- *Antônio Corrêa de Lacerda*, Presidente do Conselho Federal de Economia - Cofecon
- *Roberto Verrier*, Presidente da Associação de Economistas da América Latina e Caribe - AELAC
- *Eduardo Mendes Callado*, Presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro

11:15h - PLENÁRIA DO CONGRESSO BRASILEIRO

Coordenação:

- *Antonio Corrêa de Lacerda*, Presidente do Conselho Federal de Economia - Cofecon
- *Eduardo Mendes Callado*, Presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro

CURSOS

Durante as atividades dos Congressos serão oferecidos três cursos aos participantes graduados: *Teoria da Regulação & Defesa da Concorrência*, *Pensamento Econômico Pós-Keynesiano* e *Fonte de Dados, uso e disseminação de informações econômicas e sociais sobre a região*.

Teoria da Regulação & Defesa da Concorrência

Objetivo: Apresentar o método e a construção teórica da Escola da Regulação enquanto modelo de análise alternativo aos modelos tradicionais mobilizados nos quadros do individualismo metodológica. Analisar as estruturas de mercado, os modelos competitivos e as estratégias comerciais. Esta primeira abordagem terá a duração de 6 horas. Outras três horas serão dedicadas a analisar o papel da defesa da concorrência nas economias modernas.

Coordenadores: *Ronaldo Raemy Rangel*, Universidade Candido Mendes - UCAM; *Rui Santa Cruz*, Conselho de Administração e Defesa da Concorrência - CADE.

Pensamento Econômico Pós-Keynesiano

Objetivo: O curso pretende apresentar o pensamento pós-Keynesiano e suas principais implicações para a definição da estratégia de política econômica.

Coordenadores: *Fernando Cardim*, *Rogério Studart* e *Jennifer Herman*, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Fonte de dados, uso e disseminação de informações econômicas e sociais sobre a região

Objetivo: A dinâmica do curso visa estimular a troca de experiências no tratamento de informações estatísticas e ampliar a disseminação de relatórios e indicadores, e promover o intercâmbio entre usuários e os responsáveis por sua produção. Nesse sentido, foram convidadas a apresentar os pontos fortes da cultura metodológica e tecnológica as seguintes instituições: Cepal - Comissão Econômica para América Latina e Caribe; Banco Mundial; IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; SECAV/MCT - Secretaria de Avaliação e Controle do Ministério de Ciência e Tecnologia, PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Banco Central do Brasil.

Coordenadores: *Luiz Antonio Elias*, Conselho Federal de Economia - Cofecon; *Maria Inês Cervenka de Freitas*, Conselho Regional de Economia do Paraná - Corecon/PR.

CONGRESSO

PROGRAMAÇÃO PARALELA

DEBATE

A *Democratização do Orçamento Público* será debatida por Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, presidente do CORECON-PR, João Sucupira, diretor do IBASE, Odilon Guedes, CORECON-SP e Luiz Mario Behnken, CORECON-RJ e coordenador do debate. Por iniciativa dos conselhos regionais do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, os economistas estão na linha de frente dos fóruns criados para democratizar o orçamento público.

CONECO

O Conselho Nacional de Entidades de Estudantes de Economia é a segunda instância deliberativa do movimento de estudantes, composto por entidades representativas de todo o país. Com coordenação do Grupo do Rio de Economia-Greco, e da Federação Nacional de Estudantes de Economia, será realizado encontro nas dependências do Congresso, entre os dias 14 e 17 de setembro.

ATIVIDADES CULTURAIS

• **“O orçamento é bom e eu gosto!”**, é o nome da peça que o Teatro do Oprimido, entidade integrante do Fórum Popular do Orçamento, apresentará após a sessão Democratização do Orçamento Público. Dia 15, às 18h, Sãlão Nobre.

• **O choro vai rolar...** Dia 13, às 21h, o quarteto Henrique Cazes reviverá o chorinho, em repertório que inclui os mestres Waldir Azevedo, Pixinguinha e Paulinho da Viola.

Na terça, dia 14, às 12:30h, no bar da piscina, Marcos Ariel mostrará porque é considerado um dos maiores pianistas brasileiros, tocando clássicos de Tom Jobim e composições próprias. Quinta, dia 15, às 12:30h, no bar da

piscina, é dia de ouvir o compositor e cantor Pedro Lima, parceiro de Lenine, Guinga e Aldir Bland.

• Museu do Folclore Edson

Um dos mais importantes museus de arte popular do Brasil programou especialmente para o Congresso uma bela exposição de artesanato. A mostra foi dividida em cinco pólos artesanais representativos de distintas áreas geográficas do Brasil. A exposição será aberta a visitação na sala F do Hotel Glória durante os dias do encontro.

• Museu Nacional de Belas Artes

Um dos mais belos museus da América Latina firmou convênio com os organizadores e estará promovendo visitas, acompanhadas por técnicos, às obras em exposição, especialmente para os congressistas. Para participar basta fazer inscrição no *stand* do CORECON-RJ, no salão panorâmico. O ingresso será gratuito nos horários previamente marcados, sem responsabilidade no transporte.

• Serviços

A organização do Congresso colocará à disposição dos participantes terminais com acesso gratuito à Internet, através de linha dedicada. Além disso serão concedidos endereços eletrônicos (e-mail) a todos os participantes, que poderão consultar suas mensagens através de *web-mail* nos terminais. Haverá ainda salas de *chat* e listas de discussão com vários temas discutidos no Congresso.

• Expositores

Vinte expositores, incluindo editoras, livrarias, instituições de Governo, instituições do mercado financeiro, instituições de pesquisa, bancos, empresas estatais, dentre outros, estarão presentes ao Congresso, para disponibilizarem seus produtos e serviços aos congressistas. Serão lançados livros de autores nacionais e internacionais.

ADVOGADO DE PLANTÃO

NOVO DIA E HORÁRIO DO PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, Sindecon e Ierj - oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. O Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas

Terças-feiras, de 16h às 18h

na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, telefone (21) 262-2535) ou na sede do Corecon (Av. Rio Branco 109, 19º andar, telefone (21) 232-8178, de forma alternada. Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análises em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

JORNAL DOS ECONOMISTAS

CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO

DR/RJ
ISR 52.2246/86

IMPRESSO

Entregue aos Correios até 10.09.99